

RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES RAI

2022



SUMÁRIO

	Pág.
APRESENTAÇÃO	2
GESTÃO E GOVERNANÇA	2
CENÁRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO	4
QUADRO SOCIAL	6
ARRECADAÇÃO-CONTRIBUIÇÕES	6
BENEFÍCIOS PAGOS	7
DESTAQUES EM 2022	8
PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO - PBD	9
PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS - PMB	15
VALOR DA COTA DO PLANO PMB	22
DEMONSTRATIVO PATRIMONIAL E DE RESULTADOS	23
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	32
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES	54
PARECER ATUARIAL DO PLANO PBD	56
PARECER ATUARIAL DO PLANO PMB	68
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO	82
PARECER DO CONSELHO FISCAL	83



APRESENTAÇÃO

O Relatório Anual de Informações é o documento que tem por objetivo apresentar o resumo das informações sobre o demonstrativo dos Ativos e Passivos, registrados no exercício de 2022, na gestão do Plano de Benefício Definido - PBD e Plano Misto de Benefícios - PMB e divulgá-los aos participantes e assistidos dos Planos administrados pela CAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do BEM.

Este relatório está fundamentado na Resolução CNPC Nº 32, de 04 de dezembro de 2019, objetivando principalmente a informação e transparência da gestão.

GESTÃO E GOVERNANÇA

CONSELHO DELIBERATIVO

Joavan Azevedo Silva – Presidente

Letícia Jorge Falcão

Irismar do Socorro do Espírito Santo Silva

CONSELHO FISCAL

José Wellington Alves Bezerra – Presidente

Maria de Nazaré Ribeiro Campos

Augusto Cezar de Moraes Salgado

DIRETORIA EXECUTIVA

Maria de Jesus Castelo Branco Freire

Diretora Superintendente

Andréa Ribeiro Nunes Freitas

Diretora de Seguridade



A Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão – CAPOF, pessoa jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, constituída sob a forma de sociedade civil pelo Banco do Estado do Maranhão S/A, sucedido – por meio de processo de privatização – pelo Banco BEM S/A, atualmente patrocinada pelo Banco Bradesco S/A.

Foi criada em 1967 com a finalidade de administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário, pautados pelos seguintes propósitos:

MISSÃO

Contribuir para o bem-estar de seus Participantes, Assistidos e Beneficiários, por meio da administração de Planos de Previdência Privada com qualidade, ética e transparência.

VISÃO

Consolidar-se como uma Instituição de excelência na administração de Planos de Previdência Privada. Tornar-se referência nacional em eficiência e inovação na administração de Planos de Previdência Privada.

VALORES

Ética: Criar relações transparentes, fundamentadas em valores éticos, como lealdade e respeito, fortalecendo a imagem institucional da Entidade perante o mercado e a sociedade.

Transparência: Primar pela segurança e clareza na divulgação das informações dirigidas aos Participantes, Assistidos e Beneficiários, deixando-os sempre esclarecidos e bem informados quanto à gestão dos planos de benefícios, direitos e deveres.

Prudência: Tomar decisões fundamentadas na análise crítica das situações, processos ou problemas e na compreensão dos diversos fatores que afetam o negócio, demonstrando prudência para dimensionar, administrar, controlar e mitigar riscos.



CENÁRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO

As economias de todo o mundo têm sido impactadas pela Pandemia, não só nos países mais pobres e emergentes, mas também os mais desenvolvidos. As políticas adotadas para o enfrentamento da crise, gerada pela necessidade de isolamento, resultando em aumento do desemprego, fez com que fossem injetados recursos nas economias pelos Bancos Centrais, para dar liquidez e garantia de sobrevivência às pessoas em situação de maior vulnerabilidade.

O excesso de liquidez gerado pelas iniciativas para viabilizar a travessia da crise, ao mesmo tempo em que a oferta de produtos foi reduzida, provocou no ano de 2022 forte alta da inflação. Por consequência, observou-se a elevação dos juros nas principais economias do mundo. No Brasil, o IPCA chegou a passar de 12% no acumulado de doze meses, tendo a taxa SELIC saído de 9,25%, do fechamento de 2021, para 13,75% no final do ano.

O risco de retração nos Estados Unidos gerou grande preocupação aos agentes de mercado com a condução da Política Monetária nos Estados Unidos. Isso porque a inflação da maior economia do mundo permaneceu alta, levando o FED (Banco Central dos EUA) a aumentar a taxa de juros de forma intensa.

Outro fator de grande relevância do ano de 2022 foi o início da guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Os impactos na inflação global foram grandes, uma vez que a Rússia é uma grande fornecedora de energia para os países da Europa e a Ucrânia um importante país fornecedor de commodities para todo o mundo. Sendo assim, com o aumento dos preços de energia e das commodities, o risco de recessão na Zona do Euro se apresentou também muito alto, prejudicando ainda mais os preços dos ativos de risco.

Mesmo com tantos desafios de um ambiente macroeconômico adverso, a economia brasileira teve resultados relativamente positivos em 2022:

- A trajetória do endividamento público: fechou 2022 em 73,5% do PIB, com queda em relação ao fechamento do ano anterior, que representava 78,3% do PIB;
- Arrecadação federal: melhor resultado desde 1995, segundo a Receita Federal do Brasil, com alta de 8,18% em comparação com o ano de 2021;
- IPCA: 5,79% - após ter ultrapassado 12% no acumulado de doze meses durante o ano de 2022;
- Geração de empregos positiva: mais de 2 milhões de novos postos de trabalho formais;

- O dólar fechou o ano com queda de 6,50%;
- O Ibovespa encerra o ano positivo em 4,69%.

No que se refere ao desempenho dos ativos de Renda Fixa, a inflação contribuiu para o aumento da volatilidade das curvas de juros, que resultou em fortes oscilações nos preços dos ativos. Os ativos pós fixados foram beneficiados pela elevação da taxa SELIC. Destacam-se:

- CDI: 12,37%;
- IMA-B: 6,37% (cesta de todas as NTN-Bs negociadas, cujas taxas são IPCA + juros pré-fixados);
- IMA-B 5: 9,78% (cesta de NTN-Bs com vencimento em até 5 anos);
- IMA-B 5+: 3,30% (cesta de NTN-Bs com vencimento acima de 5 anos);

Já em relação ao segmento de Renda Variável, com um ambiente de juros mais altos, implicando em elevação do passivo das empresas, cujas dívidas, em sua maioria, são corrigidas pelo CDI, os preços dos ativos de risco sofreram muita volatilidade no ano. Isso foi agravado pelo ambiente macroeconômico, local e internacional, conforme exposto.

Indicadores do Mercado Financeiro (%)		
	Dezembro/2022	ano
CDI	1,12	12,37
IMA-B (Ref.: IPCA)	-0,19	6,37
IMA-B 5 (Ref.: IPCA)	0,94	9,78
IMA-B 5 + (Ref.: IPCA)	-1,19	3,30
IBX	-2,63	4,02
IBOVESPA	-2,45	4,69
DOLAR COMERCIAL	-1,44	- 6,50
INPC	0,69	5,93
IPCA	0,62	5,79
IGP-M	0,45	5,46

QUADRO SOCIAL

Planos	PARTICIPANTES		ASSISTIDOS		TOTAL	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022
PBD - Plano de Benefício Definido	2	2	24	24	26	26
PMB - Plano Misto de Benefícios	53	43	353	352	406	395

ARRECADAÇÃO - CONTRIBUIÇÕES

O Plano de Custeio, definido anualmente pelo Atuário responsável pelo acompanhamento dos Planos de Benefícios e aprovado pelo Conselho Deliberativo da CAPOF, estabelece o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos e provisões, e à cobertura das demais despesas, em conformidade com os critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador.

No ano de 2022, as Receitas Previdenciais vertidas aos Planos PBD e PMB, constituídas por contribuições normais dos Participantes e Patrocinadoras e as contribuições dos Assistidos, foram da ordem de **R\$ 4.052.218**.

CONTRIBUIÇÕES PBD (em R\$)		
MÊS	PARTICIPANTES / PATROCINADORA	ASSISTIDOS
jan/22	273	14.634
FEV	375	14.634
MAR	324	14.634
ABR	722	15.970
MAI	574	15.970
JUN	555	15.970
JUL	555	15.970
AGO	555	15.970
SET *	600	44.077
OUT	600	17.856
NOV	600	17.856
DEZ **	1.200	17.856
TOTAL	6.932	221.395

* Contribuição Normal Assistidos + Abono Anual

** Contribuição Participantes e Patrocinadora + 13º salário

CONTRIBUIÇÕES PMB (em R\$)		
MÊS	PARTICIPANTES / PATROCINADORA	ASSISTIDOS
JAN	49.869	235.616
FEV	53.780	261.478
MAR	49.561	246.476
ABR	48.351	246.038
MAI *	52.010	494.326
JUN	44.952	249.203
JUL	43.944	248.020
AGO	43.355	246.849
SET	45.768	244.566
OUT	46.614	247.094
NOV	47.112	250.072
DEZ **	82.431	246.404
TOTAL	607.748	3.216.143

* Contribuição Normal Assistidos + Abono Anual

** Contribuição Participantes e Patrocinadora + 13º salário

No ano de 2022, as receitas para Equacionamento do Déficit Técnico no Plano PMB, foram da ordem de **R\$ 10.383.290**.

EQUACIONAMENTO DÉFICIT - PMB (em R\$)		
MÊS	ASSISTIDOS	PATROCINADOR
JAN	100.615	766.206
FEV	111.683	771.800
MAR	104.685	776.971
ABR	50.249	784.741
MAI *	100.997	798.160
JUN	50.927	806.460
JUL	50.673	810.090
AGO	50.422	815.112
SET	49.933	810.221
OUT	50.475	807.710
NOV	50.854	805.125
DEZ	50.270	808.909
TOTAL	821.785	9.561.505

* Contribuição Normal Assistidos + Abono Anual

BENEFÍCIOS PAGOS

No ano de 2022, as despesas previdenciárias que correspondem aos recursos utilizados para pagamentos dos Benefícios de Aposentadorias, Pensões, Auxílios, Pecúlios e Resgates dos Planos PBD e PMB, foram da ordem de **R\$ 27.429.088**.

APOSENTADORIAS, PENSÕES, PECÚLIOS E RESGATES (em R\$)		
	PBD	PMB
JAN	101.683	1.682.975
FEV	101.683	2.279.253
MAR	101.683	2.054.870
ABR	101.683	1.899.611
MAI *	101.683	3.660.396
JUN	101.683	2.042.805
JUL	101.683	2.512.083
AGO	101.683	2.210.402
SET **	280.280	2.023.302
OUT	113.627	1.778.452
NOV	113.627	1.786.228
DEZ	113.627	2.064.086
TOTAL	1.434.626	25.994.463

* PMB - Folha Normal + Abono Anual

** PBD - Folha Normal + 13º salário



DESTAQUES EM 2022

XVI SERAP – Semana de Recadastramento de Assistidos e Participantes

Durante o ano de 2022 o Recadastramento Anual da CAPOF executou a estratégia de envio bimestral das fichas de recadastramento, em conformidade com a data de aniversário dos Participantes e Assistidos.

A XVI SERAP – Semana de Recadastramento de Assistidos e Participantes foi realizada de 13 a 17/06/2022, onde durante esse período, foram intensificadas as ações que visam a atualização dos dados, com as fichas cadastrais recepcionadas na Entidade, e através de whatsapp e e-mail.

Em outubro de 2022, foi alcançada a meta de 100% de Participantes e Assistidos recadastrados.

XIV ENPAC - Encontro de Participantes e Assistidos da CAPOF

O ENPAC – Encontro de Participantes e Assistidos da CAPOF, tem objetivo de promover a integração dos Participantes e Assistidos com a Entidade, gerar oportunidade para reunir antigos colegas de trabalho e estimular novas amizades.

No ano de 2022, o XIV ENPAC não foi realizado, ainda que a pandemia da Covid-19 se encontre em um “ponto de transição” - segundo a Organização Mundial de Saúde - ainda é uma emergência de saúde global.

Migração do Plano PBD para o Plano PMB

O Processo de Migração do Plano de Benefício Definido - PBD para o Plano Misto de Benefícios - PMB, foi autorizado, pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, em 11/11/2022, conforme Parecer nº 458/2022/CTR/CGTR/DILIC e Portaria PREVIC/DILIC nº 1164, de 10/11/2022, publicada no DOU do dia 16/11/2022, página 126, seção 1.

A Migração foi efetivada após as assinaturas dos Participantes e Assistidos do Plano PBD nos Termos de Migração e, pagamento da Folha de Benefícios em janeiro/2023, com a massa total no Plano PMB.

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO - PBD

Desempenho de Investimento

O Plano PBD finalizou o ano de 2022 com investimentos no montante de R\$ 16.274 mil, que em relação ao ano anterior (R\$ 15.812 mil) cresceu 2,92%. O Plano aplica seus recursos nos seguintes segmentos:

RENDA FIXA

A Renda Fixa com alocação de 97,91% alcançou em dezembro de 2022 investimentos de R\$ 15.934 mil, que comparado a dezembro de 2021 (R\$ 15.547 mil), aumentou 2,49%.

EMPRÉSTIMO

O segmento teve participação de 1,65% do Patrimônio e encerrou o ano de 2022 com saldo de R\$ 268 mil, que em relação ao ano de 2021 (R\$ 265 mil), subiu 1,26%. A carteira encerrou dezembro de 2022 com 9 contratos e índice zero de inadimplência.

PRECATÓRIO

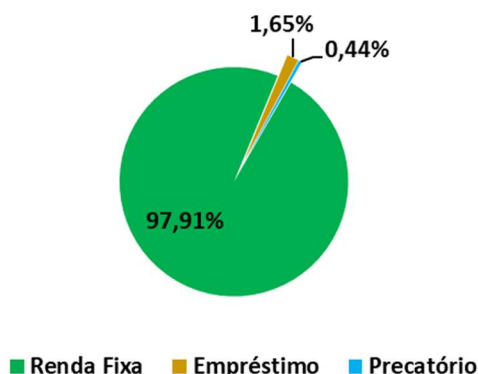
O Precatário recebido judicialmente pela CAPOF em 01/04/2022, através da Abrapp - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, originado pelas OFND - Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento, adquiridas pelas EFPC compulsoriamente, vinculadas ao setor Público, em 31/12/1986, vencidas e não pagas pelo Governo Federal. Coube ao Plano PBD em dezembro de 2022, através de rateio, o valor justo de R\$ 71 mil, atualizado com base na taxa atuarial de 4,26% a.a. + IPCA, e data definida para recebimento em dezembro de 2023.

A seguir, tabela e gráfico com demonstração dos investimentos do Plano, por segmentos:

Valores em R\$

SEGMENTO	DEZ.21	%	DEZ.22	%	Var. %
Renda Fixa	15.547.372	98,32	15.934.485	97,91	2,49
Empréstimo	264.887	1,68	268.216	1,65	1,26
Precatário	-	-	71.389	0,44	-
TOTAL	15.812.259	100,00	16.274.090	100,00	2,92

Composição Investimentos Plano PBD



Limite da Política de Investimento do Plano – 2022

A tabela seguinte apresenta os limites de alocação por segmento de aplicação, bem como o “alvo” para a alocação em cada tipo de mandato que compõe esses segmentos. A definição dos parâmetros inferiores e superiores para cada limite de alocação visa dar flexibilidade para a realização de Investimentos Táticos, que nada mais são, que posicionamentos de curto prazo, com o propósito de proteger a carteira ou de aproveitar oportunidades de mercado.

ALOCÇÃO DE RECURSOS - LIMITES E ALVOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO				
SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	95,56%	88,00%	100%
Renda Variável	70%	2,65%	0,00%	5,00%
Estruturado	20%	0,00%	0,00%	10,00%
Imobiliário	20%	0,00%	0,00%	20,00%
Operações com participantes	15%	1,79%	0,00%	5,00%
Exterior	10%	0,00%	0,00%	1,00%

Fonte: Política de Investimento 2022

Aplicação por Tipo de Ativo

Em dezembro/2022 o Plano PBD apresentou 90,56% de recursos aplicados em Títulos Públicos, com 85,92% concentrados em NTN-B, marcados na curva, 7,44% aplicados em Títulos Privados (Letra Financeira), e 1,65% em Operações de Empréstimos com Participantes e 0,44% em Precatórios a Receber. A acentuada concentração de recurso aplicado em títulos NTN-B, marcado na curva, está de acordo com as diretrizes estabelecidas no estudo de ALM (Asset Liability Management) do Plano para o ano de 2022. A seguir, demonstração das aplicações por cada tipo de ativo.

ATIVOS	Valor R\$	%
NTN-B - Mercado Curva	13.982.734	85,92
LTN-OVER	750.286	4,61
Letra Financeira	1.211.538	7,44
Operações com Participantes	268.216	1,65
Precatórios	71.389	0,44
Contas a Pagar/Receber	-11.072	-0,07
Tesouraria	1.000	0,01
TOTAL	16.274.090	100,00

Tipo de Gestão

Em dezembro/2022, o Plano possuía 97,91% de recursos sob gestão de terceiros, no valor de R\$ 15.934 mil, operacionalizado pelo gestor Bradesco Asset Management (BRAM), aplicado no Bradesco FI Renda Fixa Capof Nebraska (Fundo Exclusivo), com 87,75% de títulos marcados na curva no valor de R\$ 13.983 mil. O restante dos recursos, 2,09%, alocado em carteira própria direcionado para os segmentos empréstimo e precatório. Abaixo, demonstração da terceirização dos recursos do Plano:

INVESTIMENTO POR GESTOR	Valor R\$	% s/ TI
BRADESCO ASSET MANAGEMENT	15.934.485	97,91
Bradesco FI Renda Fixa Capof Nebraska	15.934.485	97,91
TOTAL INVEST. TERCEIRIZADO	15.934.485	97,91
TOTAL INVESTIMENTOS	16.274.090	-

% s/ TI = Percentual em relação ao Total dos Investimentos do PBD

Toda a movimentação dos recursos dos Fundos (aplicação, resgate e liquidação) é realizada através dos serviços de custódia do Banco Bradesco S/A.

Limites da Política de Investimento do Plano – 2022

A alocação dos recursos permanentemente respeitará os limites fixados na Política de Investimentos. Para a composição do portfólio, buscar-se-á gradual convergência aos alvos definidos para cada segmento e mandato, exceto na superveniência de abruptas alterações conjunturais que possam implicar riscos adicionais decorrentes de cenários adversos. A seguir, demonstração dos limites de alocação de recursos por segmento para 2022.

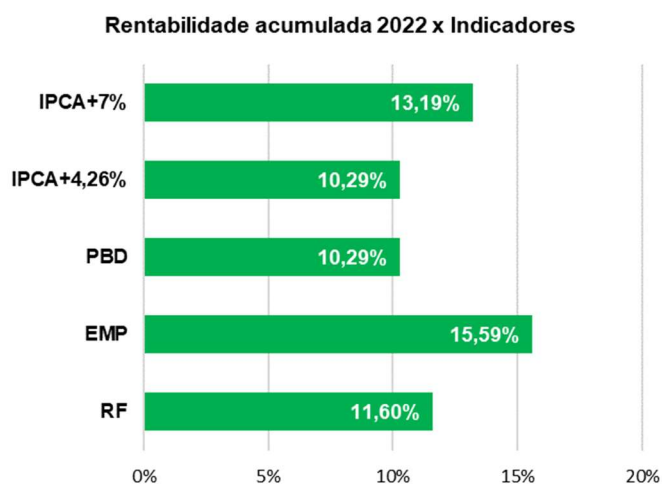
ALOCÇÃO DE RECURSOS - LIMITES E ALVOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO				
SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	98,30%	88,00%	100%
Renda Variável	70%	0,00%	0,00%	5,00%
Estruturado	20%	0,00%	0,00%	10,00%
Imobiliário	20%	0,00%	0,00%	20,00%
Operações com participantes	15%	1,70%	0,00%	5,00%
Exterior	10%	0,00%	0,00%	1,00%

Fonte: Política de Investimento 2022

Desempenho Rentabilidade

O Plano PBD apresentou no ano de 2022 rentabilidade de 11,66%, batendo a meta atuarial de 10,29% (IPCA+4,26% a.a.), definida na Política de Investimento. O segmento renda fixa registrou em 2022 rentabilidade de 11,60%, também com performance igual ao Plano em relação ao indicador de referência (IPCA+4,26%a.a.). A carteira de empréstimo no ano de 2022 teve rentabilidade de 15,59%, acima do indicador de referência (IPCA+7% a.a.). A seguir, tabela e gráfico com as rentabilidades do Plano por segmento comparadas com os indicadores de referência.

SEGMENTO	RENTABILIDADE (%)
RENDA FIXA	11,60
EMPRÉSTIMO	15,59
TOTAL	11,66
BENCHMARK (%)	
PLANO (IPCA+4,26% a.a)	10,29
RF (IPCA+4,26% a.a)	10,29
EMPRESTIMO (IPCA+7% a.a)	13,19



Despesas

As despesas demonstradas abaixo expressam os custos incorridos com a administração e a gestão dos recursos do Plano PBD. Estas despesas totalizaram, no decorrer do exercício de 2022, valor de R\$ 219 mil.

Deste valor total, 31,18% constitui despesas relacionadas com a gestão do Fundo de Investimento Exclusivo, deduzidas diretamente da carteira, no valor de R\$ 68 mil. Enquanto 68,82% corresponde as despesas administrativas mais representativas, totalizando valor de R\$ 151 mil.

A Entidade definiu as despesas administrativas do Plano, proporcionalmente por rateio, com base no total das Reservas Matemáticas dos Planos de Benefícios.

DESPESAS	Valor (R\$)	%
DESPESAS COM INVESTIMENTO	68.387	31,18
Taxa de Administração	31.690	14,45
Custódia	12.888	5,88
Auditoria	5.835	2,66
Taxa Anbima	1.236	0,56
Taxa Fiscalização CVM	7.115	3,24
Taxa Selic	1.107	0,50
Taxa Cetip	8.482	3,87
Outras Despesas	35	0,02
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	150.916	68,82
Pessoal e Encargos	103.026	46,98
Serviços de Tecnologia	15.753	7,18
Consultoria Atuarial	12.363	5,64
Auditoria Externa Contábil	3.427	1,56
Consultoria Jurídica	8.866	4,04
Consultoria Financeira	5.209	2,38
Consultoria de Risco	1.193	0,54
Consultoria para o Conselho Fiscal	1.079	0,49
TOTAL	219.303	100,00

Fonte: Custódia Banco Bradesco e Balancete CAPOF



Riscos Relacionados à Sustentabilidade

Foi estabelecido na Política, que os princípios relacionados à sustentabilidade podem ser monitorados através dos fatores ESG (Environment, Social & Governance), os quais designam as dimensões não financeiras associadas à sustentabilidade que devem ser utilizadas na análise de investimentos, abrangendo os componentes ambientais, sociais e de governança.

As dimensões ambiental, social e de governança podem considerar, entre outros aspectos, os seguintes elementos:

- Impacto ambiental das empresas e dos seus investimentos;
- Esforços para conservar e gerir os recursos naturais;
- Respeito pelos direitos humanos;
- Internalização dos impactos ambientais e sociais na esfera empresarial.

As três principais estratégias em termos de Investimento Responsável que incorporam critérios ESG são:

- Integração, mediante a agregação de critérios socioambientais e de governança aos tradicionais e indispensáveis critérios de desempenho econômico-financeiro;
- Avaliação dos melhores desempenhos em termos socioambientais e de governança dentro de determinado setor econômico (best-in-class) – estratégia que leva em conta a conduta específica de cada empresa, considerando-se o mercado específico em que ela atua;
- Filtragem – a filtragem pode ser positiva, quando a alocação de recursos a determinados setores é privilegiada por sua contribuição positiva para o desenvolvimento sustentável, ou negativa, quando determinados setores são excluídos por sua natureza controversa em relação a aspectos ESG.

A fim de avaliar o impacto desses temas em sua carteira de investimentos, a EFPC monitorará os seus gestores de investimentos no que tange ao processo de incorporação de análises relacionadas ao tema de ESG na construção de seu portfólio. Por enquanto, tal monitoramento terá objetivo educativo, mas em breve passará a ser classificatório.



PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS - PMB

Desempenho de Investimento

O Plano PMB finalizou o ano de 2022 com investimentos no montante de R\$ 256.493 mil, que em relação ao ano anterior (R\$ 242.235 mil) cresceu 5,89%. O Plano aplica seus recursos nos seguintes segmentos:

RENDA FIXA

A participação do segmento em dezembro de 2022 foi de 88,00%, atingindo montante no valor de R\$ 225.703 mil, que em relação a dezembro de 2021 (R\$ 208.233 mil), teve crescimento de 8,39%. A carteira Própria (Renda Fixa) do Plano possui em provisão, Ativo Debêntures, com estimativa de perda no valor de R\$ 371 mil, representando 0,14% da carteira de ativos. Esse ativo alocado na carteira própria, foi em decorrência do encerramento do Fundo Exclusivo Quality, em 04/07/2016, ocasião em que referido ativo não foi possível de liquidação, sendo transferido para a carteira própria do Plano, e com possibilidade de recuperação ao longo do vencimento, em 2025 e 2038, conforme tratativas com a Empresa ATMA Participações emissora do ativo.

RENDA VARIÁVEL

A renda variável teve participação de 6,21%, sofreu redução de -14,25% passando de R\$ 27.551 mil em dezembro de 2021 para R\$ 23.626 mil em dezembro de 2022. Essa redução foi ocasionada pela realocação de recurso para o segmento renda fixa, no valor de R\$ 5.746 mil, devido a forte volatilidade ocorrida nesse segmento ao longo do ano, bem como perspectivas de melhores resultados em renda fixa.

EMPRÉSTIMO

O segmento ao final de dezembro de 2022 teve participação de 2,42%, atingindo valor de R\$ 6.216 mil, reduziu -3,64% em relação a dezembro de 2021 (R\$ 6.451 mil). A carteira encerrou o ano com 256 contratos e inadimplência de 0,12%.

PRECATÓRIO

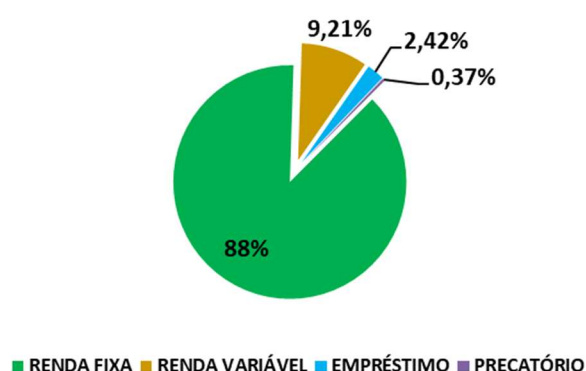
O Precatório recebido judicialmente pela CAPOF em 01/04/2022, através da Abrapp - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, originado pelas OFND - Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento, adquiridas compulsoriamente pelas EFPC, vinculadas ao setor Público, em 31/12/1986, vencidas e não pagas pelo Governo Federal. Coube ao Plano PMB em dezembro de 2022, através de rateio, valor justo de R\$ 947 mil, atualizado com base na taxa atuarial de 4,40% a.a. + IPCA, e data definida para recebimento em dezembro de 2023.

A seguir, tabela e gráfico com demonstração dos investimentos do Plano, por segmentos:

Valores em R\$

SEGMENTO	DEZ.21	%	DEZ.22	%	Var. %
Renda Fixa	208.233.121	85,96	225.703.495	88,00	8,39
Renda Variável	27.551.178	11,37	23.626.176	9,21	-14,25
Empréstimo	6.450.917	2,66	6.216.254	2,42	-3,64
Precatório	-	0,00	947.185	0,37	-
TOTAL	242.235.215	100	256.493.111	100	5,89

Composição Investimentos Plano PMB



Limite da Política de Investimento do Plano – 2022

A tabela seguinte apresenta os limites de alocação por segmento de aplicação, bem como o “alvo” para a alocação em cada tipo de mandato que compõe esses segmentos. A definição dos parâmetros inferiores e superiores para cada limite de alocação visa dar flexibilidade para a realização de Investimentos Táticos, que nada mais são que posicionamentos de curto prazo com o propósito de proteger a carteira ou de aproveitar oportunidades de mercado.

ALOCÇÃO DE RECURSOS - LIMITES E ALVOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO				
SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	81,10%	35,00%	100,00%
Renda Variável	70%	12,25%	0,00%	20,00%
Estruturado	20%	1,99%	0,00%	10,00%
Imobiliário	20%	1,00%	0,00%	15,00%
Operações com participantes	15%	2,69%	0,00%	15,00%
Exterior	10%	0,97%	0,00%	5,00%

Fonte: Política de Investimento 2022

Aplicação por Tipo de Ativo

Em dezembro/2022 o Plano PMB apresentou 88,01% de recursos aplicados em Títulos Públicos, com 83,21% em NTN-B marcados na curva, 1,20% marcados a mercado e 3,60% em LTN Over. Em Fundo de Renda Variável aplicou 9,21% e em Operações de Empréstimos com Participantes 2,42%. Possui ainda 0,14% aplicado em Debêntures que estão em provisão de perdas e 0,37% em Precatórios a Receber. A acentuada concentração de recurso aplicado em títulos NTN-B, marcado na curva, está de acordo com as diretrizes estabelecidas no estudo de ALM (Asset Liability Management) do Plano para o ano de 2022. A seguir, demonstração das aplicações por cada tipo de ativo.

ATIVOS	Valor R\$	%
NTN-B - Mercado Mercado	3.074.467	1,20
NTN-B - Mercado Curva	213.422.621	83,21
LTN OVER	9.234.161	3,60
DEBÊNTURES	370.725	0,14
(-) Provisão para Perda	-370.725	-0,14
FUNDO RENDA VARIÁVEL	23.626.176	9,21
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	6.216.254	2,42
PRECATÓRIOS	947.185	0,37
Contas a Pagar/Receber	-28.753	-0,01
Tesouraria	1.000	0,00
TOTAL	256.493.111	100,00

Tipo de Gestão

Em dezembro/2022, o Plano PMB possuía 97,21% de recursos sob gestão terceirizada, no valor de R\$ 230.727 mil, diversificados conforme demonstrados na tabela abaixo, tendo 88,00% aplicado no Fundo de Investimento Exclusivo Bradesco Azulejos, com 94,56% alocado em títulos NTN-B marcado na curva e 5,45% de títulos marcados a mercado, e com 9,21% aplicado em Fundos de Renda Variável.

O restante dos recursos 2,79%, encontra-se em carteira própria alocados em Operações de empréstimos e Precatário a Receber.

INVESTIMENTO POR GESTOR	Valor R\$	% s/ TI
BRADESCO ASSET MANAGEMENT	230.727.433	89,95
Bradesco FI Multimercado Capof Azulejos	225.703.495	88,00
Bradesco FIA Dividendos	5.023.938	1,96
GAP GESTORA DE RECURSO	4.135.705	1,61
Sharp Ibovespa Ativo FIA	4.135.705	1,61
VINCI GESTÃO DE PATRIMONIO LTDA	5.399.593	2,11
Vinci Selection Equities FIA	5.399.593	2,11
FINACAP INVESTIMENTOS	2.191.042	0,85
Finacap Mauritsstad FIA	2.191.042	0,85
IBIRAPUERA PERFORMANCE INVEST.	6.875.893	2,68
Ibiuna Equities 30 FIC FIA	6.875.893	2,68
TOTAL INVEST. TERCEIRIZADO	249.329.667	97,21
TOTAL INVESTIMENTOS	256.493.111	-

% s/ TI = Percentual em relação ao Total dos Investimentos do PMB

Toda a movimentação dos recursos dos Fundos (aplicação, resgate e liquidação) é realizada através dos serviços de custódia do Banco Bradesco S/A.

Limites da Política de Investimento do Plano – 2022

A alocação dos recursos permanentemente respeitará os limites fixados na Política de Investimentos. Para a composição do portfólio, buscar-se-á gradual convergência aos alvos definidos para cada segmento e mandato, exceto na superveniência de abruptas alterações conjunturais que possam implicar riscos adicionais decorrentes de cenários adversos. A seguir, demonstração dos limites de alocação de recursos por segmento para 2022.

ALOCÇÃO DE RECURSOS - LIMITES E ALVOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO				
SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	87,66%	35,00%	100,00%
Renda Variável	70%	9,90%	0,00%	20,00%
Estruturado	20%	0,00%	0,00%	10,00%
Imobiliário	20%	0,00%	0,00%	15,00%
Operações com participantes	15%	2,44%	0,00%	15,00%
Exterior	10%	0,00%	0,00%	5,00%

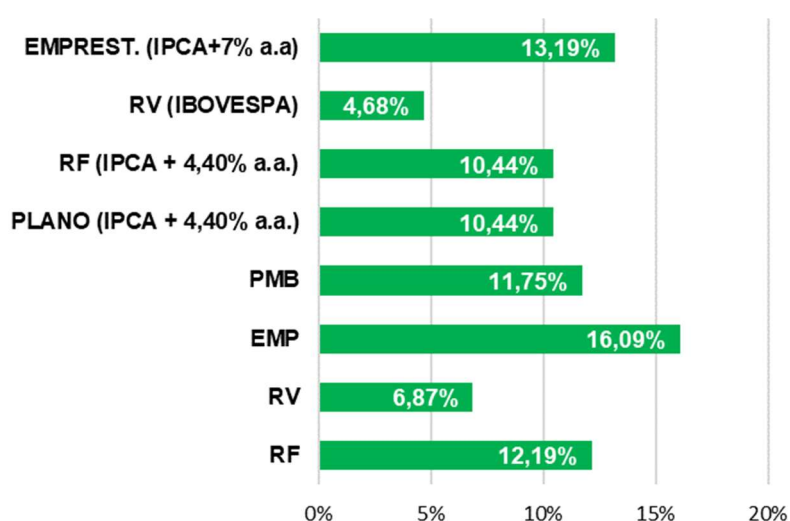
Fonte: Política de Investimento 2022

Desempenho Rentabilidade

O Plano PMB fechou o ano de 2022 com rentabilidade de 11,75%, acima do índice de referência definido na Política de Investimento do Plano, IPCA+4,40%a.a., que foi de 10,40%. Contribuiu para esse resultado o desempenho dos Títulos NTN-B marcados na curva. O segmento renda fixa encerrou o ano com rentabilidade de 12,19% superando o benchmark estabelecido na Política de Investimento (IPCA+4,40% a.a.). O segmento renda variável do Plano finalizou o ano com rentabilidade de 6,87% ante o benchmark Ibovespa, que foi de 4,68%. O segmento empréstimo apresentou no ano de 2022 rentabilidade 16,09%, acima do indicador de referência (IPCA+7% a.a.). A seguir, tabela e gráfico com as rentabilidades do Plano por segmento comparadas com os indicadores de referência estabelecidos na Política de Investimento do Plano.

SEGMENTO	RENTABILIDADE (%)
REND A FIXA	12,19
REND A VARIÁVEL	6,87
EMPRÉSTIMO	16,09
TOTAL	11,75
BENCHMARK (%)	
PLANO (IPCA + 4,40% a.a.)	10,44
RF (IPCA + 4,40% a.a.)	10,44
RV (IBOVESPA)	4,68
EMPREST. (IPCA+7% a.a)	13,19

Rentabilidade acumulada 2022 x Indicadores



Despesas

As despesas demonstradas abaixo expressam os custos incorridos com a administração e a gestão dos recursos do Plano PMB. Estas despesas, no decorrer do exercício de 2022, totalizaram valor de R\$ 3.089 mil. Deste valor total, 25,19% constitui despesas relacionadas com a gestão dos Fundos de Investimentos Exclusivo e Abertos, deduzidas diretamente das carteiras, no valor de R\$ 778 mil. Enquanto 74,81% corresponde às despesas administrativas mais representativas, no valor de R\$ 2.311 mil. A Entidade definiu as despesas administrativas do Plano, proporcionalmente por rateio, com base no total das Reservas Matemáticas dos Planos de Benefícios.

DESPESAS	Valor (R\$)	%
DESPESAS COM INVESTIMENTO	778.109	25,19
Taxa de Administração	630.959	20,43
Custódia	52.828	1,71
Auditoria	5.835	0,19
Taxa Anbima	4.650	0,15
Taxa Fiscalização CVM	30.358	0,98
Taxa Selic	7.975	0,26
Taxa Cetip	45.424	1,47
Outras Despesas	79	0,00
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2.311.010	74,81
Pessoal e Encargos	1.577.663	51,07
Serviços de Tecnologia	241.227	7,81
Consultoria Atuarial	189.314	6,13
Auditoria Externa Contábil	52.475	1,70
Consultoria Jurídica	135.767	4,39
Consultoria Financeira	79.769	2,58
Consultoria de Risco	18.274	0,59
Consultoria para o Conselho Fiscal	16.521	0,53
TOTAL	3.089.120	100,00

Fonte: Custódia Banco Bradesco e Balancete CAPOF



Riscos Relacionados à Sustentabilidade

Foi estabelecido na Política, que os princípios relacionados à sustentabilidade podem ser monitorados através dos fatores ESG (Environment, Social & Governance), os quais designam as dimensões não financeiras associadas à sustentabilidade que devem ser utilizadas na análise de investimentos, abrangendo os componentes ambientais, sociais e de governança.

As dimensões ambiental, social e de governança podem considerar, entre outros aspectos, os seguintes elementos:

- Impacto ambiental das empresas e dos seus investimentos;
- Esforços para conservar e gerir os recursos naturais;
- Respeito pelos direitos humanos;
- Internalização dos impactos ambientais e sociais na esfera empresarial.

As três principais estratégias em termos de Investimento Responsável que incorporam critérios ESG são:

- Integração, mediante a agregação de critérios socioambientais e de governança aos tradicionais e indispensáveis critérios de desempenho econômico-financeiro;
- Avaliação dos melhores desempenhos em termos socioambientais e de governança dentro de determinado setor econômico (best-in-class) – estratégia que leva em conta a conduta específica de cada empresa, considerando-se o mercado específico em que ela atua;
- Filtragem – a filtragem pode ser positiva, quando a alocação de recursos a determinados setores é privilegiada por sua contribuição positiva para o desenvolvimento sustentável, ou negativa, quando determinados setores são excluídos por sua natureza controversa em relação a aspectos ESG.

A fim de avaliar o impacto desses temas em sua carteira de investimentos, a EFPC monitorará os seus gestores de investimentos no que tange ao processo de incorporação de análises relacionadas ao tema de ESG na construção de seu portfólio. Por enquanto, tal monitoramento terá objetivo educativo, mas em breve passará a ser classificatório.

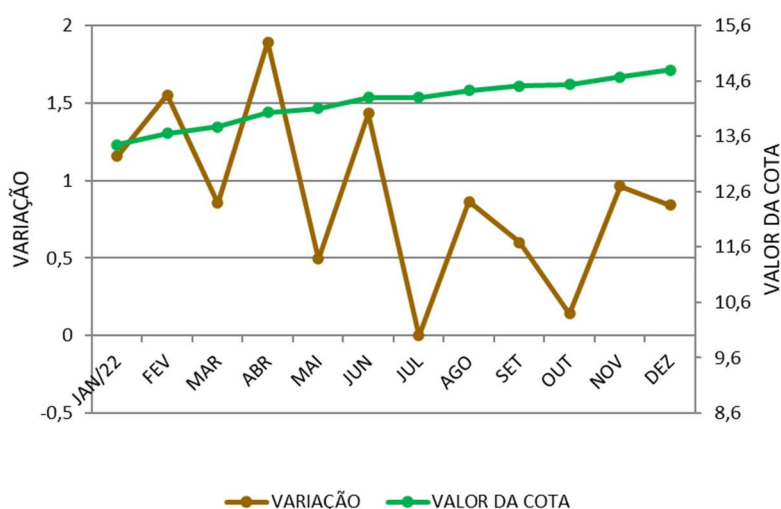
VALOR DA COTA – PLANO PMB

“A cota é a unidade monetária que comanda a escrituração e as movimentações, financeiras ou não, dos Fundos existentes na estrutura do PMB, inclusive entre eles, bem como entradas e saídas de recursos relativos ao pagamento de benefícios (venda de cotas) ou recebimento de contribuições (compra de cotas), dentre outros movimentos que possam envolver os recursos patrimoniais vinculados ao Plano, na forma de seu Regulamento e módulo operacional da CAPOF”.

(Fonte: Manifestação Atuarial – GAMA Consultores Associados - 2008)

O valor da Cota do Plano Misto de Benefícios – PMB, válida para dezembro de 2022, é de **R\$ 14,7932816** e a valorização foi de **0,84281832%**.

A variação nominal da Cota obtida em 2022 ficou em **11,32%**.



	Valor da Cota (R\$)	Variação (%)
DEZ/2021	13,2888819	1,26305689
JAN/2022	13,4426568	1,15716936
FEV	13,6511862	1,55125153
MAR	13,7676771	0,85333881
ABR	14,0280227	1,89099176
MAI	14,0973056	0,49388935
JUN	14,2991102	1,43151142
JUL	14,2990968	-0,00009322
AGO	14,4224776	0,86285722
SET	14,5091204	0,60074796
OUT	14,5296394	1,14142167
NOV	14,6696432	0,96357367
DEZ/2022	14,7932816	0,84281832

DEMONSTRATIVO PATRIMONIAL E DE RESULTADOS



CAIXA DE ASSISTENCIA E APOSENT. DOS FUNC DO BEM

Balanco Patrimonial de 12/2022

28/03/2023

14:17

1

Patrocinadora: Consolidado		Plano: Consolidado			
ATIVO	Ex. Atual (Mil)	Ex. Anterior (Mil)	PASSIVO	Ex. Atual (Mil)	Ex. Anterior (Mil)
DISPONÍVEL	74 D	47 D	EXIGÍVEL OPERACIONAL	493 C	572 C
REALIZÁVEL	302.058 D	293.248 D	GESTÃO PREVIDENCIAL	154 C	201 C
GESTÃO PREVIDENCIAL	24.914 D	31.418 D	GESTÃO ADMINISTRATIVA	288 C	343 C
GESTÃO ADMINISTRATIVA	23 D	102 D	INVESTIMENTOS	51 C	28 C
INVESTIMENTOS	277.118 D	261.728 D	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	51 C	0
RENTA VARIÁVEL	0	0	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	2.200 C	3.723 C
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	269.615 D	255.010 D	GESTÃO PREVIDENCIAL	1.965 C	2.440 C
OPERAÇÕES COM	6.484 D	6.718 D	GESTÃO ADMINISTRATIVA	235 C	1.283 C
RECURSOS A RECEBER -	1.019 D	0	PATRIMÔNIO SOCIAL	299.493 C	289.056 C
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	58 D	57 D	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	294.308 C	285.679 C
IMOBILIZADO	51 D	53 D	PROVISÕES MATEMÁTICAS	286.224 C	280.134 C
INTANGÍVEL	7 D	5 D	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	269.251 C	268.485 C
			BENEFÍCIOS A CONCEDER	19.436 C	21.221 C
			(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A	2.462 D	7.551 D
			EQUILÍBRIO TÉCNICO	8.083 C	5.545 C
			RESULTADOS REALIZADOS	8.083 C	5.545 C
			SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	8.083 C	5.545 C
			RESERVA DE CONTINGÊNCIA	8.083 C	0
			FUNDOS	5.185 C	3.377 C
			FUNDOS PREVIDENCIAIS	48 C	33 C
			FUNDOS ADMINISTRATIVOS	3.929 C	2.153 C
			FUNDOS PARA GAR. OP. COM	1.209 C	1.192 C
TOTAL DO ATIVO	302.186 D	293.351 D	TOTAL DO PASSIVO	302.186 C	293.351 C

MARIA DE JESUS CASTELO BRANCO FREIRE
DIRETORA SUPERINTENDENTE CPF: 175.349.253-04

ANDRÉA RIBEIRO NUNES FREITAS
DIRETORA DE SEGURIDADE CPF: 409.355.073-53

MÁRCIA ANDRÉA DA C LAGES T. DA SILVA
CPF: 329.779.803-34 CRC/MA-5805-0

Patrocinadora: Consolidado Plano(s): Consolidado

DESCRI�O	Exercício Atual (Mil)	Exercício Anterior (Mil)	Variacão (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	289.056	247.273	17
1. Adic�es	40.695	40.121	1
(+) Contribui�es Previdenciais	5.962	8.752	-32
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - G. Prev.	29.882	28.834	4
(+) Receitas Administrativas	3.106	2.389	30
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - G. Adm.	476	146	227
(+) Reversão de Contingências - G. Adm.	1.270	0	0
2. Destina�es	-28.989	-31.504	-8
(-) Benefícios	-24.896	-24.168	3
(-) Portabilidade / Resgates	-2.534	-4.130	-39
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - G. Prev.	0	0	0
(-) Constitui�o de Contingências - G. Prev.	364	-363	-200
(-) Despesas Administrativas	-2.853	-2.673	7
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - G. Adm.	0	-2	-100
(-) Constitui�o de Contingências - G. Adm.	1.048	-83	-1.358
(-) Reversão de Fundos de Investimento	17	-81	-121
(-) Outras Dedu�es	-134	-4	3.692
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	10.437	8.617	21
(+/-) Provisões Matemáticas	6.090	15.610	-61
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	2.538	-6.689	-138
(+/-) Fundos Previdenciais	15	0	0
(+/-) Fundos Administrativos	1.776	-224	-892
(+/-) Fundos dos Investimentos	17	-81	-121
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)	299.493	289.056	4

MARIA DE JESUS CASTELO BRANCO FREIRE
DIRETORA SUPERINTENDENTE CPF: 175.349.253-04

MÁRCIA ANDRÉA DA C LAGES T. DA SILVA
CPF: 329.779.803-34 CRC/MA-5605-0

ANDRÉA RIBEIRO NUNES FREITAS
DIRETORA DE SEGURIDADE CPF: 409.355.073-53



CAIXA DE ASSISTENCIA E APOSENT. DOS FUNC DO BEM

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa

Data: 28/03/2023

Hora: 14:21

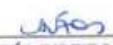
Referência: JAN a DEZ/2022

Patrocinadora: Consolidado Plano(s): Consolidado

DESCRIÇÃO	Exercício Atual (Mil)	Exercício Anterior (Mil)	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	2.153	2.377	-9
1. Custeio da Gestão Administrativa	3.582	2.532	41
1.1. Receitas	3.582	2.532	41
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.572	1.806	42
Custeio Administrativo dos Investimentos	336	523	-36
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	71	59	20
Receitas Diretas	126	0	0
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	476	143	232
2. Despesas Administrativas	-2.853	-2.673	7
2.1. Administração Previdencial	-2.853	-2.673	7
Pessoal e Encargos	-1.750	-1.633	7
Treinamento/congressos e seminários	-34	-20	76
Viagens e estadias	-16	0	0
Serviços de terceiros	-816	-749	9
Despesas gerais	-224	-247	-9
Depreciações e amortizações	-14	-13	8
Outras Despesas	0	-11	-100
3. Constituição/Reversão de Contingência	1.048	-83	-1.358
6. Sobre/Insuficiência da Ges.Administrativa (1-2-3-4-	-1.776	224	-892
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)	3.929	2.153	83


MARIA DE JESUS CASTELO BRANCO FREIRE
DIRETORA SUPERINTENDENTE CPF:175.349.253-04


MÁRCIA ANDRÉA DA C. LAGES T. DA SILVA
CPF: 329.779.803-34 CRC/MA-5605-0


ANDRÉA RIBEIRO NUNES FREITAS
DIRETORA DE SEGURIDADE CPF: 409.355.073-53



CAIXA DE ASSISTENCIA E APOSENT. DOS FUNC DO BEM

Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Data: 28/03/2023

Hora: 14:11

Referência: JAN a DEZ/2022

Patrocinadora: Consolidado Plano(s): 01-Plano de Benef Definido;

DESCRIÇÃO	Exercício Atual (Mil)	Exercício Anterior (Mil)	Variação (%)
1.Ativos	16.775	16.190	4
Disponível	5	3	55
Receável	496	375	32
Investimento	16.274	15.812	3
Fundos de Investimento	15.934	15.547	2
Empréstimos e Financiamento	268	265	1
Recursos a Receber - Precatórios	71	0	0
2.Obrigações	39	275	-86
Operacional	24	21	11
Contingencial	15	253	-94
3.Fundos não Previdenciais	276	152	81
Fundos Administrativos	275	151	83
Fundos para Garantia das operações com participantes	1	1	-44
5.Ativo Líquido (1-2-3-4)	16.460	15.763	4
Provisões Matemáticas	16.677	16.313	2
Superávit/Déficit Técnico	-217	-550	-61
6.Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	511	128	298
(a) Equilíbrio Técnico	-217	-550	-61
(b) (+/-) Ajuste de Precificação	728	678	7
(c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	511	128	298


MARIA DE JESUS CASTELO BRANCO FREIRE
DIRETORA SUPERINTENDENTE CPF:175.349.253-04


MÁRCIA ANDRÉA DA C LAGES T. DA SILVA
CPF: 329.779.803-34 CRC/MA-5605-0


ANDRÉA RIBEIRO NUNES FREITAS
DIRETORA DE SEGURIDADE CPF: 409.355.073-53



CAIXA DE ASSISTENCIA E APOSENT. DOS FUNC DO BEM
Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Data: 28/03/2023

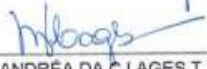
Hora: 14:12

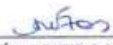
Referência: JAN a DEZ/2022

Patrocinadora: Consolidado Plano(s): 02-Plano Misto de Benefício;

DESCRIÇÃO	Exercício Atual (Mil)	Exercício Anterior (Mil)	Variação (%)
1.Ativos	284.881	275.536	3
Disponível	34	35	-3
Recebível	28.354	33.265	-15
Investimento	256.493	242.235	6
Ações	0	0	-60
Fundos de Investimento	249.330	235.784	6
Empréstimos e Financiamento	6.216	6.451	-4
Recursos a Receber - Precatórios	947	0	0
2.Obrigações	2.124	2.394	-11
Operacional	174	208	-16
Contingencial	1.950	2.187	-11
3.Fundos não Previdenciais	4.862	3.193	52
Fundos Administrativos	3.654	2.002	83
Fundos para Garantia das operações com participantes	1.208	1.191	1
5.Ativo Líquido (1-2-3-4)	277.895	269.949	3
Provisões Matemáticas	269.547	263.821	2
Superávit/Déficit Técnico	8.300	6.094	36
Fundos Previdenciais	48	33	46
6.Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	19.696	19.232	2
(a) Equilíbrio Técnico	8.300	6.094	36
(b) (+/-) Ajuste de Precificação	11.396	13.138	-13
(c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	19.696	19.232	2


MARIA DE JESUS CASTELO BRANCO FREIRE
DIRETORA SUPERINTENDENTE CPF:175.349.253-04


MÁRCIA ANDRÉA DA C. LAGES T. DA SILVA
CPF: 329.779.803-34 CRC/MA-5605-0


ANDRÉA RIBEIRO NUNES FREITAS
DIRETORA DE SEGURIDADE CPF: 409.355.073-53

Referência: JAN a DEZ/2022

Patrocinadora: Consolidado Plano(s): 01-Plano de Benef Definido;

DESCRI�O	Exercício Atual (Mil)	Exercício Anterior (Mil)	Varia�o (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	15.763	14.820	6
1.Adic�es	2.030	2.339	-13
(+) Contribui�es	229	269	-15
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos -	1.801	2.071	-13
2.Destina�es	-1.333	-1.396	-5
(-) Benefícios	-1.435	-1.311	9
(-) Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão	238	0	0
(-) Custeio Administrativo	-136	-85	60
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	697	943	-26
(+/-) Provisões Matemáticas	364	1.399	-74
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	333	-455	-173
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	16.460	15.763	4
C) Fundos não previdenciais	1	-1	-149
(+/-) Fundos para Garantia das opera�es	1	-1	-149


MARIA DE JESUS CASTELO BRANCO FREIRE
DIRETORA SUPERINTENDENTE CPF:175.349.253-04


MÁRCIA ANDRÉA DA C LAGES T. DA SILVA
CPF: 329.779.803-34 CRC/MA-5605-0


ANDRÉA RIBEIRO NUNES FREITAS
DIRETORA DE SEGURIDADE CPF: 409.355.073-53

CAIXA DE ASSISTENCIA E APOSENT. DOS FUNC DO BEM
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Data: 28/03/2023
Hora: 14:26

Referência: JAN a DEZ/2022

Patrocinadora: Consolidado Plano(s): 02-Plano Misto de Benefício;

DESCRI�O	Exercício Atual (Mil)	Exercício Anterior (Mil)	Varia�o (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	269.949	228.803	18
1. Adições	36.386	37.053	-2
(+) Contribuições	8.305	10.290	-19
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos -	28.081	26.764	5
2. Destinações	-28.439	-29.075	-2
(-) Benefícios	-26.129	-26.990	-3
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão	126	-363	-135
(-) Custeio Administrativo	-2.436	-1.721	42
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	7.947	7.979	0
(+/-) Provisões Matemáticas	5.726	14.212	-60
(+/-) Fundos Previdenciais	15	0	0
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	2.206	-6.233	-135
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	277.895	269.949	3
C) Fundos não previdenciais	-18	82	-121
(+/-) Fundos para Garantia das operações	-18	82	-121


MARIA DE JESUS CASTELO BRANCO FREIRE
DIRETORA SUPERINTENDENTE CPF: 175.349.253-04


MÁRCIA ANDRÉA DA C LAGES T. DA SILVA
CPF: 329.779.803-34 CRC/MA-5605-0


ANDRÉA RIBEIRO NUNES FREITAS
DIRETORA DE SEGURIDADE CPF: 409.355.073-53

CAIXA DE ASSISTENCIA E APOSENT. DOS FUNC DO BEM
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios

Data: 28/03/2023
 Hora: 14:20

Referência: JAN a DEZ/2022

Patrocinadora: Consolidado Plano(s): 01-Plano de Benef Definido;

DESCRIÇÃO	Exercício Atual (Mil)	Exercício Anterior (Mil)	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	16.500	16.039	3
1. Provisões Matemáticas	16.677	16.313	2
1.1. Benefícios Concedidos	16.526	16.177	2
Benefício Definido	16.526	16.177	2
1.2. Benefício a Conceder	151	136	11
Benefício Definido	151	136	11
2. Equilíbrio Técnico	-217	-550	-61
2.1. Resultados Realizados	-217	-550	-61
(-) Déficit técnico acumulado	-217	-550	-61
3. Fundos	1	1	-44
3.2.Fundo de Garantia de Operações com Participantes	1	1	-44
4. Exigível Operacional	24	21	11
4.1. Gestão Previdencial	21	20	6
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	2	1	115
5. Exigível Contingencial	15	253	-94
5.1 Gestão Previdencial	15	253	-94


 MARIA DE JESUS CASTELO BRANCO FREIRE
 DIRETORA SUPERINTENDENTE CPF:175.349.253-04


 MÁRCIA ANDRÉA DA C LAGES T. DA SILVA
 CPF: 329.779.803-34 CRC/MA-5605-0


 ANDRÉA RIBEIRO NUNES FREITAS
 DIRETORA DE SEGURIDADE CPF: 409.355.073-53

CAIXA DE ASSISTENCIA E APOSENT. DOS FUNC DO BEM
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios

Data: 28/03/2023
 Hora: 14:21

Referência: JAN a DEZ/2022

Patrocinadora: Consolidado Plano(s): 02-Plano Misto de Benefício;

DESCRIÇÃO	Exercício Atual (Mil)	Exercício Anterior (Mil)	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	281.227	273.534	3
1. Provisões Matemáticas	269.547	263.821	2
1.1. Benefícios Concedidos	252.725	250.288	1
Benefício Definido	252.725	250.288	1
1.2. Benefício a Conceder	19.284	21.085	-9
Contribuição Definida	19.151	20.984	-9
Saldo de contas - parc. patrocinador(es)/instituidor(es)	9.904	11.053	-10
Saldo de Contas - parcela participantes Benefício	9.247	9.931	-7
Benefício Definido	133	101	32
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	-2.462	-7.551	-67
(-) Déficit equacionado	-2.462	-7.551	-67
(-) Assistidos	-2.462	-7.551	-67
2. Equilíbrio Técnico	8.300	6.094	36
2.1. Resultados Realizados	8.300	6.094	36
Superávit técnico acumulado	8.300	6.094	36
Reserva de contingência	8.300	6.094	36
3. Fundos	1.256	1.223	3
3.1. Fundos Previdenciais	48	33	46
3.2. Fundo de Garantia de Operações com Participantes	1.208	1.191	1
4. Exigível Operacional	174	208	-16
4.1. Gestão Previdencial	126	181	-31
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	49	27	83
5. Exigível Contingencial	1.950	2.187	-11
5.1 Gestão Previdencial	1.950	2.187	-11


 MARIA DE JESUS CASTELO BRANCO FREIRE
 DIRETORA SUPERINTENDENTE CPF: 175.349.253-04


 MÁRCIA ANDRÉA DA C LAGES T. DA SILVA
 CPF: 329.779.803-34 CRC/MA-5605-0


 ANDRÉA RIBEIRO NUNES FREITAS
 DIRETORA DE SEGURIDADE CPF: 409.355.073-53

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CAPOF - CAIXA DE ASSISTÊNCIA E APOSENTADORIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DO MARANHÃO - BEM.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em milhares de reais - R\$ mil ou de outra forma, conforme indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão - BEM ("CAPOF" ou "Entidade" ou "Fundação") é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, patrocinada pelo Banco Bradesco S.A. e pela própria Fundação e constituída em conformidade com a Lei Complementar nº 109/01, autorizada a funcionar por prazo indeterminado.

A CAPOF administra e opera dois planos de benefícios, um denominado de Plano de Benefício Definido - PBD e o outro, denominado de Plano Misto de Benefícios - PMB:

- O Plano de Benefício Definido - PBD, patrocinado pelo Banco Bradesco S.A., é um plano com características de "Benefício Definido", registrado na então Secretaria de Previdência Complementar - SPC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB nº 1984.0004-38 aprovado em 24 de setembro de 1984, em fase de extinção, sob a condição de plano fechado para novas adesões, CNPJ nº 48.306.678/0001-23, tendo a última alteração regulamentar ocorrida no Plano e aprovada pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, conforme Portaria PREVIC/DILIC nº 1.164, de 10 de novembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União, em 16 de novembro de 2022 - página 26, seção 1.
- O Plano Misto de Benefícios - PMB, patrocinado pelo Banco Bradesco S.A. e pela CAPOF, é um Plano com características de "Contribuição Variável", registrado na então Secretaria de Previdência Complementar - SPC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB nº 1999.0041-83, aprovado em 8 de janeiro de 1999, encontrando-se sob a condição de plano fechado para novas adesões, exceto para os participantes e assistidos do Plano de Benefício Definido - PBD que podem optar pela migração, CNPJ nº 48.307.064/0001-66, tendo a última alteração regulamentar ocorrida no Plano e aprovada pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, conforme Portaria PREVIC/DILIC nº 1.164, de 10 de novembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União, em 16 de novembro de 2022 - página 26, seção 1.

Em 31 de dezembro de 2022, a CAPOF contava com 421 participantes e assistidos (432 em 31 de dezembro de 2021), nos dois Planos, conforme quadro demonstrativo a seguir:

	Plano PBD		Plano PMB		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Participantes						
Ativos	2	2	43	43	45	55
Assistidos	24	24	352	353	376	377
Total	26	26	395	406	421	432



info



2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, e dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, Instrução Normativa PREVIC nº 44, de 23 de novembro de 2021, que alterou a Instrução Normativa PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC ITG 2001. Além dos atos normativos as práticas contábeis brasileiras aplicáveis às Entidades fechadas de previdência Complementar.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado. A estrutura da planificação contábil padrão das entidades fechadas de previdência complementar ("EFPC") reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observados a gestão previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27 e pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (previdencial e administrativa) e gestão de investimentos que é comum às gestões previdencial e administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

A Entidade apresenta mensalmente, balancetes por plano de benefícios e gestão administrativa, além do consolidado, segregando os registros contábeis por plano, segundo a natureza e o custeio. Assim sendo, as demonstrações contábeis são apresentadas neste relatório de forma consolidada e, quando necessário, são segregadas por plano de benefícios, objetivando maior transparência na real visualização da situação patrimonial e de resultado dos planos de benefícios.

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, com base no julgamento da Administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo, as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações, a provisão para crédito de liquidação duvidosa, entre outros.

2.1 Consolidação das demonstrações contábeis

Em atendimento a Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, e a Instrução normativa nº 44, de 23 de novembro 2021, Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto 2020, as demonstrações contábeis devem ser apresentadas por planos de benefícios e consolidadas. A consolidação é realizada utilizando o balancete auxiliar denominado operações comuns, anulando o efeito de duplicidade entre os planos, como: os valores da participação do fundo administrativo nos planos previdenciais, superávit e déficit técnico.



2.2. Legislação vigente

As principais normas que regulamentam a contabilidade das EFPC são:

- a) Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, Instrução Normativa PREVIC nº 44, de 23 de novembro de 2021, que alterou a Instrução Normativa PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, e estabelece às normas específicas para os procedimentos contábeis, define forma, meio e periodicidade de envio das Demonstrações Contábeis.
- b) Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018 - dispõe sobre a apuração do resultado na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit.
- c) Resolução CGPC nº 48, de 08 de dezembro de 2021 - dispõe sobre os critérios e limites para custeio das despesas administrativas pelas entidades fechadas de previdência complementar.
- d) Resolução CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010 - aprova a NBC ITG 2001 (considerando as alterações previstas nas Resoluções CFC n.º 1.328 e 1.329, de 18 de março de 2011), estabelece critérios e procedimentos específicos para estruturação das Demonstrações Contábeis, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como para o conteúdo mínimo das notas explicativas a serem adotadas pelas entidades fechadas de previdência complementar.
- e) Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022 - dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.



3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Gestão Previdencial - realizável

Representado substancialmente depósitos judiciais/recursais relativos às provisões contingenciais, relacionados a depósitos e bloqueios judiciais de demandas dos planos de benefícios.

3.2. Investimento

Os recursos garantidores dos planos previdenciais e os recursos administrativos aplicados nos diversos segmentos: títulos públicos, créditos privados e depósitos, ações, fundos de investimentos e empréstimos estão em consonância com a Resolução nº 4.994, de 24 de março de 2022, do Conselho Monetário Nacional - CMN.

3.2.1. Renda fixa

Conforme determina, Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, que alterou a Instrução Normativa PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, os títulos de Renda Fixa são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos pró-rata dia até a data do balanço e ajustados ao valor provável de realização.

Estão classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem negociados independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição até a data de vencimento. Apura-se a avaliação contábil pelo valor de mercado.
- Títulos mantidos até o vencimento - mantidos em carteira até o vencimento, considerando parecer em relatório que atesta a capacidade financeira da Entidade. O critério de avaliação contábil é o da marcação pela curva do rendimento de forma proporcional (pró-rata) até o vencimento.

3.2.2. Renda variável

Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data do balanço. Todos ativos estão alocados nesses fundos vêm sendo avaliados a valor de mercado, conforme previsto na Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021 e na Instrução CVM nº 438, de 12 de julho 2006.

3.2.3. Empréstimos a participantes

Registram os empréstimos concedidos aos participantes e assistidos, nos termos das normas regulamentares, e estão demonstrados pelo valor principal, acrescido dos encargos auferidos até a data do balanço.

A Entidade possui um fundo de reserva para quitação dos empréstimos de participantes e assistidos que vierem a falecer, constituído na concessão do empréstimo, pelo qual o participante desembolsa uma taxa de seguro única na concessão de 3,00%.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.



3.3. Precatórios OFND - Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento

A metodologia utilizada para registro está de acordo com o Ofício nº 19/2022 PREVIC, de 17/10/2022 e as condições referidas na Resolução CNPC Nº 43, de 06/08/2021, Instrução Normativa PREVIC nº 44, de 23/11/2021, que alterou a Instrução Normativa PREVIC nº 31, de 20/08/2020, e o Pronunciamento Técnico nº 48 (Instrumentos Financeiros) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

O Precatório recebido pela CAPOF foi reconhecido e mensurado pelo seu Valor Justo no mês de novembro do corrente ano. Utilizando modelo de precificação, que considerou a taxa atuarial e o indexador inflacionário do seu respectivo Plano de Benefício, bem como o prazo previsto para pagamento do Precatório.

O registro contábil foi classificado pelo Valor Justo nos planos de benefícios em conformidade com o critério de rateio, sendo 7% para o Plano PBD, e 93% para o Plano PMB.

3.4. Ativo Imobilizado e Intangível

Representa os bens necessários ao funcionamento da Fundação e está registrado pelo custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada linearmente, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

3.4. Exigível contingencial

O exigível contingencial é contabilizado pelo montante de perda considerada provável, observada a natureza de cada contingência, e atualizado até a data do balanço.

3.5. Provisões matemáticas

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são determinadas por atuário externo e constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e seus beneficiários.

As provisões relativas a benefícios concedidos são representadas pelo valor presente dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os assistidos que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, aposentadorias e pensões.

As provisões relativas a benefícios a conceder representam o valor presente dos benefícios futuros dos participantes em atividade, líquido das respectivas futuras contribuições.

Registra-se, ainda, no Exigível Atuarial dos Planos, a provisão matemática a constituir, que representa o valor presente do déficit equacionado referente à existência de insuficiência de cobertura das reservas de benefícios concedidos.

O cálculo atuarial das provisões matemáticas contabilizadas por Plano de Benefícios tem por base os métodos: regimes financeiros, hipóteses econômicas financeiras e biométricas, nota técnica atuarial, base de dados dos participantes, assistidos e beneficiários e os respectivos regulamentos dos Planos. O compromisso atuarial dado pelo Exigível Atuarial dos Planos de Benefícios PBD e PMB, avaliado em 31 de dezembro de 2022, está fixado com base na taxa real de juros técnicos de desconto financeiro de 4,26% e 4,40% ao ano, respectivamente.

Superávit (déficit) Técnico



5

Apurado pela diferença entre o Ativo Líquido (Ativo Total menos Exigíveis Operacional e Contingencial e Fundos) e as Provisões Matemáticas. É registrado em Reserva de Contingência conforme critério da Resolução CNPC nº 30, de 2018 até o limite de 25% em relação às Provisões Matemáticas. O que ultrapassa este limite é registrado em Reserva para Revisão de Plano a cada exercício, conforme determina o artigo 20 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

3.6. Fundos

Registra os fundos constituídos, conforme a seguir:

Fundo previdencial: constituído atuarialmente para atender ao programa previdencial dos Planos PBD e PMB, conforme regulamento e suas respectivas notas técnicas atuariais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os valores alocados estão compatíveis com a realidade desses Planos, conforme avaliação atuarial.

Fundo administrativo: constituído pela diferença positiva apurada entre as receitas e despesas do programa mais a remuneração dos recursos aplicados pelo Programa de Investimentos. Tem por finalidade garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da Entidade.

Fundo de investimentos: fundos que se destinam à quitação de empréstimos em caso de morte dos mutuários ativos e assistidos, conforme mencionado no item 3.2.3 acima. Sua constituição ocorre a partir de taxas contratuais cobradas dos mutuários, no ato da concessão dos empréstimos.

3.7. Custeio administrativo

O custeio administrativo engloba as despesas administrativas de todos os programas, utilizando-se para sua cobertura a receita prevista no plano de custeio anual calculada pelo atuário, que é apropriada mensalmente.

Conforme determinação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar -PREVIC, as despesas de administração são desmembradas em despesas de administração previdencial e despesas de administração dos investimentos. Os valores apropriados nos centros de custos vinculados às atividades de previdência e de investimentos foram registrados integralmente como despesas de administração previdencial e despesas de administração dos investimentos, respectivamente.

3.8. Transferência de recursos

O resultado líquido do fluxo dos investimentos é transferido proporcionalmente à gestão previdencial e gestão administrativa.

3.9. Receitas e despesas

As receitas e as despesas são reconhecidas e registradas segundo o regime contábil de competência.

4. DISPONÍVEL

	2022				2021			
	PBD	PMB	PGA	Consolidado	PBD	PMB	PGA	Consolidado
Bancos	5	35	34	74	3	35	9	47
Total	5	35	34	74	3	35	9	47



6

5. GESTÃO PREVIDENCIAL

	2022			2021		
	PBD	PMB	Consolidado	PBD	PMB	Consolidado
Depósitos judiciais (a)	221	1.866	2.087	221	1.866	2.087
Déficit Técnico Contratado	-	22.827	22.827	-	29.326	29.326
Outros	-	-	-	-	5	5
Total	221	24.693	24.914	221	31.192	31.418

(a) Depósitos judiciais/recursais relativos às provisões contingenciais, relacionados a depósitos e bloqueios judiciais de demandas dos planos de benefícios.

6. INVESTIMENTOS

Os investimentos, compostos basicamente de ativos de renda fixa, renda variável e empréstimos a participantes totalizam um montante de R\$277.118 em 31 de dezembro de 2022 (R\$261.726 em 31 de dezembro de 2021), conforme demonstrado a seguir:

	2022				2021			
	PBD	PMB	PGA	Consolidado	PBD	PMB	PGA	Consolidado
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	15.935	249.330	4.351	269.616	15.547	235.784	3.679	255.010
Ativo Financeiros de Crédito Privado:	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures	-	371	-	371	-	372	-	372
Debêntures Prov. p/ perdas	-	(371)	-	(371)	-	(372)	-	(372)
Fundos de investimento:	15.935	249.330	4.351	269.616	15.547	235.784	3.679	255.010
Renda fixa (a)	15.935	225.704	4.351	245.990	15.547	208.233	3.679	227.459
Renda variável (b)	-	23.626	-	23.626	-	27.551	-	27.551
OUTROS INVESTIMENTOS	339	7.163	-	7.502	265	6.450	-	7.715
Empréstimos a participantes (c):	268	6.216	-	6.484	265	6.450	-	7.715
Empréstimos	268	6.205	-	6.473	265	6.452	-	6.717
Parcela em atraso	-	21	-	21	-	39	-	39
(-) Provisões para créditos de liquidação duvidosa	-	(10)	-	(10)	-	(40)	-	(40)
Recursos a Receber	71	947	-	1.018	-	-	-	-
Precatório OFNDS	71	947	-	1.018	-	-	-	-
Total	16.274	256.493	4.351	277.118	15.812	242.235	3.679	261.726

[Assinatura]

(a) Títulos de Renda Fixa

Os títulos de renda fixa são representados por fundo de investimentos em renda fixa e são considerados com prazo indeterminado, sendo avaliados mensalmente ao valor de mercado pelo valor da quota de cada fundo e seus efeitos reconhecidos nas operações do exercício.

Apresentamos no quadro a seguir a abertura do saldo de investimento em quotas de fundos de investimento em renda fixa:

Instituição Financeira	Fundo de Investimento	2022				2021			
		PBD	PMB	PGA	Consolidado	PBD	PMB	PGA	Consolidado
Banco Bradesco	Nebraska	15.934			15.934	15.547			15.547
Banco Bradesco	Azulejos		225.703		225.703		208.233		208.233
Banco Bradesco	FI DI Federal			941	941			840	840
Banco Bradesco	FI RF TARGET I			3.409	3.409			2.839	2.839
Total		15.934	225.703	4.350	245.987	15.547	208.233	3.679	227.459

Os fundos de investimentos Nebraska e Azulejos são fundos exclusivos da CAPOF, a qual detém 100% das quotas desses fundos. Desta forma, apresentamos abaixo o detalhamento da carteira desses fundos:

Fundo de Investimento Nebraska

Título	Categoria do título adotada pelo fundo investido	Valor de custo	Valor de mercado	Faixas de vencimento	Valor contábil	Valor contábil
Letras Financeiras - LF	Para negociação (a mercado)	600	1.211	2023	1.211	1.069
Letras do Tesouro Nacional - NTN-Over	Para negociação (a mercado)	750	750	2023	750	1.263
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Mantido até o vencimento (curva)	9.347	13.983	2024 a 2055	13.983	13.223
Tesouraria/Passivo exigível			-10		-10	-8
Patrimônio do Fundo Nebraska		10.697	15.934		15	15.547

 9

Fundo de Investimento Azulejos

Título	Categoria do título adotada pelo fundo investido	Valor de custo	Valor de mercado	Faixas de vencimento	2022		2021	
					Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil
Letras do Tesouro Nacional - NTN-Over	Para negociação (a mercado)	9.234	9.234	2023	9.234	9.234	1.426	1.426
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Para negociação (a mercado)	2.356	3.074	2023 a 2045	3.074	3.074	4.180	4.180
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Mantido até o vencimento (curva)	141.833	213.423	2024 a 2055	213.423	213.423	194.840	194.840
Tesouraria/Passivo exigível		-	-28		-28	-28	-28	-28
Patrimônio do Fundo Azulejos		153.423	225.703		225.703	225.703	208.233	208.233

De acordo com o estudo elaborado pela Administração, a Entidade possui capacidade financeira para manter seus títulos até o vencimento.

O PMB mantém 94,56% e o PBD mantém 87,76% de seus títulos públicos em carteira na modalidade títulos mantidos até o vencimento, tendo em vista as suas características - em termo de rentabilidade, superior à meta atuarial, respectivamente (IPCA+4,40% a.a. e IPCA + 4,26% a.a. adotadas no exercício de 2022); com risco reduzido (Títulos Públicos Federais); e prazo de vencimento longo que é compatível com o fluxo de caixa atuarial.

[Assinatura]

[Assinatura]

Alongamento de Títulos Públicos NTN-B

De acordo com o disposto na Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, a CAPOF procedeu alongamento de Títulos Públicos NTN-B precificados na curva, no Fundo Exclusivo Azulejos (PMB) e no Fundo Exclusivo Nebraska (PBD), conforme descrito nas tabelas abaixo:

ALOGAMENTO DE TÍTULO - NTN-B - CURVA - FUNDO EXCLUSIVO AZULEJOS

VENDA

TÍTULO	DTA. VENCIMENTO	DTA. NEGOCIADA	QTA. VENDIDA	V.CUSTO DA VENDA	V. NEGOCIADO	RESULTADO
NTN-B	15.08.2022	04.01.2022	5.577	21.512.378,05	21.602.203,79	89.825,74

COMPRA

TÍTULO	DTA. VENCIMENTO	DTA. NEGOCIADA	QTA. COMPRADA	FINANCEIRO
NTN-B	15.08.30	04.01.2022	187	759.303,39
NTN-B	15.05.35	04.01.2022	547	2.224.574,18
NTN-B	15.08.40	04.01.2022	2.148	8.877.757,82
NTN-B	15.05.45	04.01.2022	2.398	9.743.824,00
TOTAL			5.280	21.605.459,39

ALOGAMENTO DE TÍTULO - NTN-B - CURVA - FUNDO EXCLUSIVO NEBRASKA

VENDA

TÍTULO	DTA. VENCIMENTO	DTA. NEGOCIADA	QTA. VENDIDA	V.CUSTO DA VENDA	V. NEGOCIADO	RESULTADO
NTN-B	15.08.2022	04.01.2022	147	568.713,90	569.396,44	682,54

COMPRA

TÍTULO	DTA. VENCIMENTO	DTA. NEGOCIADA	QTA. COMPRADA	FINANCEIRO
NTN-B	15.08.2030	04.01.2022	26	105.571,59
NTN-B	15.05.2035	04.01.2022	55	223.677,47
NTN-B	15.05.2045	04.01.2022	60	243.798,76
TOTAL			141	573.047,82

M. B. S.

(b) Títulos de Renda Variável

Os títulos de renda variável são representados por fundo de ações e são considerados com prazo indeterminado, sendo o segmento exclusivo do PMB.

Apresentamos no quadro a seguir a abertura do saldo de investimento em cotas de fundos de investimento em renda variável:

Instituição Financeira	Fundo de investimento	PMB	
		2022	2021
Banco Bradesco S.A.	Bradesco FIA Dividendos	5.024	7.364
Mellon Serviços Financeiros DTVM	Sharp Ibovespa Ativo FIA	4.136	5.764
Mellon Serviços Financeiros DTVM	JGP Institucional FA	-	3.023
Bradesco BEM DTVM	Ibiuna Equities 30 FIC FIA	6.876	6.010
Bradesco BEM DTVM	Vinci Selection Equities FIA	5.399	5.390
Bradesco BEM DTVM	Finacap Mauritssatad	2.191	-
Total		23.626	27.551

(c) Empréstimos a Participantes

No exercício de 2022, a concessão de empréstimo, funcionou com os parâmetros a seguir:

Forma	Descrição
Limites	- Até 10 vezes o Salário /Benefício bruto
Encargos	- Taxa pós-fixada, com base na variação do IPCA + juros 0,6% ao mês. - Imposto sobre Operações Financeiras. - Taxa de Administração 1,4%. - Fundo de Quitação por Morte 3,0%.
Prazo	- Entre 12 a 60 meses, conforme faixa etária.
Margem consignável	- 30% (trinta por cento) do salário ou do complemento do benefício pago pela CAPOF, após deduzidas as seguintes parcelas: • Imposto de Renda. • Contribuição para a Previdência Social. • Contribuição CAPOF. • Pensão Alimentícia, se for o caso.

De acordo com o estabelecido na Instrução Normativa PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, a Entidade mantém saldo de provisão para perdas. Em 31 dezembro de 2022, esse montante é de R\$10 (R\$41 em 31 de dezembro de 2021), constituído conforme regras abaixo:

- No caso de atraso entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias: 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos.
- No caso de atraso entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias: 50% (cinquenta por cento) sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos.

 12

No caso de atraso entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias: 75% (setenta e cinco por cento) sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos.

(iii) No caso de atraso superior a 360 (trezentos e sessenta) dias: 100% (cem por cento) sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos.

7. EXÍGÍVEL OPERACIONAL

	2022				2021			
	PBD	PMB	PGA	Consolidado	PBD	PMB	PGA	Consolidado
<u>Gestão Previdencial</u>								
Benefícios a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-
Retenções a pagar	21	126	7-	154	20	181	-	201
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	21	126	7-	154	20	181	-	201
<u>Gestão Administrativa</u>								
Contas a pagar	-	-	203	203	-	-	77	85
Retenções a pagar	-	-	85	85	-	-	266	258
Subtotal	-	-	288	288	-	-	343	343
<u>Gestão de Investimentos</u>								
Taxas a pagar	2	49	-	51	1	27	-	28
Subtotal	2	49	-	51	1	27	-	28
Total	24	175	225	493	21	208	343	572

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o exigível operacional representa as obrigações por operações correntes da Entidade.

8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A CAPOF, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais de natureza trabalhista, cível e tributária. A Entidade, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão para contingências em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis nesses processos. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, essas provisões são apresentadas conforme quadro a seguir:

	2022				2021			
	PBD	PMB	PGA	Consolidado	PBD	PMB	PGA	Consolidado
<u>Gestão Previdencial</u>								
Processos Cíveis	15	808	-	823	6	1.378	-	1.384
Processos Trabalhistas	0	1.142	-	1.142	253	2.187	-	2.440
Subtotal	15	1.950	-	1.965				
<u>Gestão Administrativa</u>								
Processos Tributários	-	-	235	235	-	-	1.283	1.283
Subtotal	-	-	235	235	253	2.187	1.283	3.723
Total	15	1.950	235	2.200	253	2.187	1.283	3.723







Processos Prováveis

a) Gestão Previdencial

As ações registradas em processos cíveis, trabalhistas e tributárias da ordem de R\$2.200 (R\$ 3.723 em 2022) estão lastreadas por depósitos judiciais no total de R\$2.087 (R\$2.087 em 2021), produzindo efeito líquido de R\$-113 (R\$1.636 em 2021).

As ações contingenciais cíveis em linhas gerais decorrem de cobrança de saldo remanescente sobre as diferenças de correções monetárias no resgate e devolução de cotas individuais, as decorrentes de processos trabalhistas têm como objeto a diferença do valor de resgate (fundo patrocinado), e os processos tributários resumem-se em ações que têm como objeto o cancelamento de inscrições e inexigibilidade do recolhimento do PIS e COFINS.

b) Gestão Administrativa

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo da conta no montante de R\$235 (R\$1.283 em 2021) corresponde ao cálculo do PIS e COFINS. A metodologia utilizada para fins de cálculo do PIS e COFINS segue a Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002, art. 96, onde a apuração do imposto foi calculada de acordo com suas movimentações contábeis.

Processos Possíveis

Em 31 de dezembro de 2022, não havia processos possíveis a serem divulgados, conforme opinião dos assessores jurídicos da Entidade.

9. PATRIMÔNIO SOCIAL

9.1. Patrimônio de Cobertura dos Planos

9.1.1. Provisões matemáticas

As provisões matemáticas foram constituídas de acordo com os cálculos efetuados pelo atuário externo, em conformidade com os critérios aprovados pela PREVIC, com as mesmas premissas atuariais adotadas em 31 de dezembro de 2021, exceto para a taxa de juros que foi de 4,26% e 4,40% para os Planos PBD e PMB, respectivamente e estão representadas por:

a) Benefícios concedidos

Correspondem ao valor atual dos compromissos futuros a serem pagos pela Entidade em relação aos atuais assistidos e pensionistas.

b) Benefícios a conceder

Correspondem ao valor presente dos benefícios futuros (ainda não concedidos), líquido do valor presente das contribuições futuras dos participantes e da patrocinadora, para os participantes que não adquiriram os direitos de aposentadoria.

c) Provisões matemáticas a constituir

Correspondem ao valor atual das contribuições extraordinárias futuras vigentes, assumidas pelos assistidos, destinadas a equacionar os déficits técnicos, em conformidade com o plano de custeio.



Demonstramos a seguir a composição das provisões matemáticas em 31 de dezembro 2022 e de 2021:

	2022			2021		
	PBD	PMB	Consolidado	PBD	PMB	Consolidado
Benefícios concedidos	15.526	250.288	265.814	16.177	250.288	266.465
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	16.526	252.725	269.251	16.177	250.288	266.465
Benefícios a conceder	151	19.284	19.435	136	21.083	21.222
Benefício definido estruturado em regime de capitalização programado	151		151	136		136
Contribuição definida		19.151	19.151		20.982	20.984
Benefício definido estruturado em regime de capitalização não programado		133	133		101	101
(-) Provisões matemáticas a constituir		(2.462)	(2.462)		(7.550)	(7.550)
Total	16.677	269.547	286.224	16.313	263.821	280.134

As Provisões Matemáticas estão segregadas por plano de benefícios, quais sejam, o Plano de Benefício Definido - PBD e o Plano Misto de Benefícios - PMB, em função da exigibilidade atuarial e de compromissos específicos de cada Plano, de suas características e regras constantes nos respectivos regulamentos e metodologia prevista em suas Notas Técnicas Atuariais.

As provisões matemáticas a constituir referem-se ao déficit técnico nas reservas de benefícios concedidos do PMB, apurado em 31 de dezembro de 2022, conforme laudo emitido pelo atuário do plano.

Hipóteses atuariais

Demonstramos a seguir as hipóteses admitidas nos estudos para comparação no período abrangido:

	2022		2021	
	PBD	PMB	PBD	PMB
Taxa real anual de juros	4,26% a.a.	4,40% a.a.	4,26% a.a.	4,40% a.a.
Projeção de crescimento real:				
Salários	Nula	Nula	Nula	Nula
Benefícios da Entidade	Nula	Nula	Nula	Nula
Benefícios do INSS	Nula	Nula	Nula	Nula
Fator de capacidade:				
Salários	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%
Benefícios da Entidade	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%
Benefícios do INSS	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%
Hipótese sobre rotatividade	Nula	Nula	Nula	Nula
Tábua geral	BR-EMS 2021 por sexo	BR-SEM 2021 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-SEM 2015 por sexo
Tábua geral anuidade de pensão	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Light Média	Light Média	Light (forte)	Light (forte)
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Hipótese sobre composição de família:				
Aposentados	Família real	Família real	Família real	Família real
Pensionistas	Família real	Família real	Família real	Família real
Ativos	Família média padrão	Família média padrão	Família média padrão	Família média padrão
Índice dos Planos	IPCA - IBGE	Cota financeira	IPCA - IBGE	Cota financeira

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

Equilíbrio Técnico – Superávit

O Superávit/Déficit técnico é constituído pelo excedente patrimonial em relação aos compromissos totais da Entidade. Desse excedente, o valor correspondente a até 25% das provisões conforme critério estabelecido na Resolução CNPC nº 30, de 2018 é destinado a reserva de contingência, classificada em subgrupo do superávit técnico e o restante, se houver, deve ser destinado a reservas para ajuste do plano.

	2022			2021		
	PBD	PMB	Consolidado	PBD	PMB	Consolidado
Superávit Técnico Acumulado	(217)	8.300	8.083	(550)	6.095	5.545
Total	(217)	8.300	8.083	(550)	6.095	5.545

Apresentamos abaixo a movimentação das provisões matemáticas, do superávit técnico e dos fundos para o exercício findo em 31 de dezembro 2022:

	Provisões Matemáticas	Superávit Técnico	Fundos
Saldo em 31 de dezembro de 2020	231.357	12.234	3.682
Constituição de provisões	48.777	-	-
Superávit técnico do exercício	-	-6.689	-
Constituição/ reversão de fundos	-	-	(305)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	280.134	5.545	3.377
Reversão de provisões	6.090	-	-
Superávit técnico do exercício	-	2.538	-
Constituição/ reversão de fundos	-	-	1.808
Saldo em 31 de dezembro de 2022	286.224	8.083	5.185

9.2. Fundos

a) Fundos Previdenciais

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo da conta no valor de R\$48 (R\$33 em 2021) corresponde ao fundo constituído no PMB. O valor é calculado pelo atuário responsável, em conformidade com regulamento e condições estabelecidas em Nota Técnica Atuarial, para o plano de benefícios, bem como, observados os dispositivos da legislação vigente, e, têm como finalidade atender ao programa previdencial, de forma a garantir possíveis compromissos do Plano.

Considerando os objetivos, constituições, manutenção e os critérios para constituição dos fundos previdenciais conforme o regulamento do Plano Misto de Benefício - PMB, em 31 de dezembro de 2022 o fundo é composto conforme a seguir:

	2022 PMB	2021 PMB
Fundo de Desligamento - PMB (i)	48	33
Fundo de Sobrevivência - PMB (ii)	-	-
Total	48	33

- (i) O fundo coletivo de desligamento tem a finalidade de suportar eventuais insuficiências oriundas dos pagamentos dos benefícios de pecúlio por morte, quando couber, na forma do artigo 27 do Regulamento do Plano Misto de Benefícios.



b) Fundos Administrativos

O Fundo Administrativo é constituído/revertido, mensalmente com a sobra ou insuficiência da gestão administrativa, após a transferência do custeio administrativo, custeio de investimentos dos planos e a rentabilidade do recurso aplicado nos planos de benefícios e gestão administrativa. O saldo do fundo administrativo é segregado por plano de benefícios, de acordo com os critérios estabelecidos no regulamento do PGA - Plano de Gestão Administrativa.

	2022			2021		
	PBD	PMB	Consolidado	PBD	PMB	Consolidado
Participação dos Planos no Fundo	150	2.003	2.153	150	2.003	2.153

c) Fundo de Garantia das Operações com Participantes

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da conta no valor de R\$1.209 (R\$1.192 em 31 de dezembro de 2021) corresponde ao fundo de garantia dos empréstimos, constituído com a arrecadação do Fundo de Quitação por Morte (FQM), descontados dos participantes e assistidos quando da concessão dos empréstimos. O referido fundo é utilizado para quitação do saldo devedor do empréstimo, em caso de morte do participante ou assistido.

	2022			2021		
	PBD	PMB	Total	PBD	PMB	Total
FQM	-	1.209	1.209	1	1.191	1.192
Total	-	1.209	1.209	1	1.191	1.192

10. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO

Em conformidade com o requerido pela Resolução do CNPC nº 30 de 2018, apresentamos a seguir o ajuste de precificação dos ativos, os quais estão apresentados na Demonstração do Ativo Líquido dos planos.

	2022		2021	
	PBD	PMB	PBD	PMB
Déficit/superávit técnico acumulado	(217)	8.300	(549)	6.094
Ajuste de precificação positivo	728	11.396	678	13.138
Equilíbrio técnico ajustado	511	19.232	129	19.232

O ajuste de precificação de periodicidade anual, de que trata a Resolução CNPC nº 30, de 2018, corresponde à diferença entre o valor contábil dos títulos públicos federais mantidos até o vencimento e o valor presente dos referidos títulos, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na avaliação atuarial.

No caso de equacionamento de déficit, o equilíbrio técnico ajustado considerará o ajuste de precificação de títulos previsto quer seja positivo ou negativo.

No caso de destinação de superávit, o equilíbrio técnico ajustado considerará o ajuste de títulos previsto somente se negativo. O Equilíbrio técnico ajustado é considerado para fins de equacionamento do déficit ou revisão do plano para distribuição do superávit.



11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Entidade podem ser assim consideradas: o patrocinador e seus administradores, compostos pelos membros do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social da Entidade.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as transações com o patrocinador Banco Bradesco S.A são as seguintes:

	2022				2021				
	PBD	PMB	PGA	Consolidado	PBD	PMB	PGA	Consolidado	
Ativo									
Disponível		4	34	35	73	3	35	9	47
Fundos de investimentos renda fixa	15.934	225.703	4.351	245.988	15.547	208.233	3.679	227.457	
Fundos de investimentos renda variável	-	5.023	-	5.023	-	7.364	-	7.364	
Total	15.938	230.760	4.386	251.084	15.550	215.632	3.688	234.868	
Resultado									
Resultado dos investimentos em renda fixa	1.738	24.989	492	27.219	2.083	29.889	162	32.134	
Resultado dos investimentos renda variável	-	660	-	660	-	-693	-	-693	
Contribuição patrocinador	-	10.142	-	10.142	-	8.701	-	8.701	
Total	1.738	35.791	492	38.021	2.083	37.897	162	40.142	

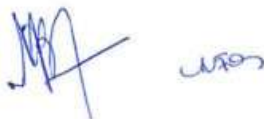
12. CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Entidade entende como fator preponderante em sua gestão estratégica e tática, seja de curto, médio ou longo prazos, o conhecimento dos riscos aos quais está exposto na condução de seus negócios e persecução de seus objetivos.

Com foco na construção de uma gestão prudente, principalmente no que diz respeito a seus investimentos e passivos atuariais, a Entidade tem direcionado esforços para adotar as melhores práticas de mercado, assim como aquelas preceituadas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores.

Durante o exercício, a Entidade desenvolveu e atualizou Políticas, Normas e procedimentos, pois compreende a relevância desses controles que, ao mesmo tempo em que figuram como orientadores de práticas e procedimentos internos, são ferramentas fundamentais para a promoção da continuidade e perenidade de seus negócios.

Tais práticas, associadas à contínua difusão de uma cultura de controle na Entidade, têm contribuído para o fortalecimento da governança e promovido um ambiente de constante monitoramento, o que tem se traduzido em segurança e perenidade para a Entidade.




12.1 Gerenciamento de riscos

A Entidade está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações relacionadas aos investimentos e seus passivos atuariais. O gerenciamento de tais riscos está contido nas políticas de investimentos, bem como em seus normativos e procedimentos internos.

a) Risco de crédito

É a probabilidade de eventuais perdas decorrentes do não cumprimento por parte das instituições financeiras e não financeiras de suas respectivas obrigações nos termos pactuados previamente, a desvalorizações de contrato de crédito decorrente de deterioração na classificação do risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Quando realiza investimentos em Títulos e Valores Mobiliários de instituições, a Entidade observa as notas de classificação de risco de crédito atribuídas pelas principais agências de classificação de risco de mercado, fatores relacionados às avaliações técnicas de risco, além das características próprias de mercado.

Para os casos de ativos adquiridos pela gestão dos fundos de investimento exclusivos, a Entidade observa o limite técnico adicional para instituições financeiras, cuja metodologia tem por objetivo definir a forma de cálculo do limite de investimento, de monitoramento da exposição e de controle de concentração dos recursos investidos.

Esta modelagem observa o rating atribuído pelas agências classificadoras de risco, analisada pelo Comitê de Investimentos e aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

b) Risco de mercado

É a probabilidade de eventuais perdas decorrentes de variações nas taxas e preços de mercado de ativos e passivos.

Em aderência à legislação aplicável à Política de Investimentos e às melhores práticas de mercado, durante o exercício foram realizadas a identificação, a avaliação, o controle e o monitoramento do risco de mercado para investimentos em renda fixa e para renda variável. O risco de descasamento foi avaliado em relação aos parâmetros de referência estabelecidos na política de investimentos.

Também foram utilizados cenários econômicos-base e de estresse para avaliar o comportamento dos ativos em diversas conjunturas econômicas.

c) Risco de terceirização

A gestão de recursos na Entidade pode ser terceirizada de forma total ou parcial. Quando a Entidade opta por esse tipo de operação, ela delega determinadas responsabilidades a gestores externos sem, porém, se isentar de suas responsabilidades perante os órgãos fiscalizadores.

A Entidade apresenta um processo estruturado para escolha e acompanhamento de seus gestores, em linha com o que estabelece o guia de melhores práticas em investimentos da PREVIC.



cafon



d) Risco de liquidez

É a probabilidade de a Entidade não ter recursos disponíveis para honrar os compromissos em determinado momento.

A Entidade monitora o risco de liquidez a partir de cenários de curto, médio e longo prazos, de forma a se buscar a alocação adequada às necessidades de recursos e de performance da Entidade.

O Monitoramento de liquidez de curto prazo observou o percentual mínimo de alocação em ativos de liquidez imediata, como ativos ou fundos de investimento em renda fixa, para fazer frente aos compromissos de curto prazo. Os monitoramentos de liquidez de médio e longo prazo observaram o comportamento dos ativos líquidos (caixa), considerando a aquisição, manutenção ou venda de ativos de médio prazo e de longo prazo.

e) Risco legal

É a probabilidade de perdas decorrentes do não cumprimento das normas legais de natureza fiscal, trabalhista, regulamento dos programas, processos judiciais, ações legais, entre outros.

A Entidade realiza atividades de monitoramento do cumprimento das obrigações legais apontadas pelos órgãos reguladores, em especial de previdência, para assegurar a conformidade em seus processos.

f) Risco sistêmico

Refere-se ao risco de colapso de todo sistema financeiro ou mercado, com impacto sobre as taxas de juros, o câmbio e os preços dos ativos em geral.

A Entidade entende que a diversificação é um fator determinante para a mitigação do risco sistêmico. Por esse motivo, a Entidade alocou seus recursos em diversos setores, emissores e gestores externos, assim como analisou diferentes indicadores de desempenho para o investimento, de modo a amenizar os impactos de crise de grande magnitude sobre os ativos dos planos.

Além disso, observou também a diversificação entre os vários setores de atividade econômica, de modo a distribuir o risco entre os setores financeiro e não financeiro, bem como entre os diversos segmentos do setor não financeiro.

g) Risco do passivo atuarial

É a probabilidade de perdas decorrentes da inadequação dos níveis de contribuições necessárias à disponibilidade de recursos ao longo do tempo.

Durante o exercício foi realizado estudo de aderência das hipóteses biométricas, demográficas (mortalidade geral, de inválidos, entrada em invalidez/auxílio-doença e rotatividade) e econômico-financeiras (crescimento salarial, fator de capacidade e convergência de taxa de juros), por meio do qual o atuário responsável indica as premissas aderentes e que refletem as características dos planos e de suas populações.

As avaliações atuariais dos planos de benefícios demonstram a situação financeira e atuarial de cada um dos planos, por meio de suas respectivas provisões matemáticas, calculadas e posicionadas em uma determinada data base. Na avaliação, foram verificados os custos e estabelecidos os planos de custeio, de modo a assegurar a existência de recursos suficientes para garantir o pagamento dos benefícios contratados.



Também têm sido desenvolvidos, com periodicidade mínima anual, estudos de ALM (Asset Liability Management) para cada um dos planos de benefícios administrados, com o objetivo de orientar a elaboração do planejamento financeiro e identificar a melhor alocação dos ativos, considerando risco, liquidez e rentabilidade.

h) Risco operacional

O risco operacional é caracterizado pela possibilidade de perda decorrente da inadequação na especificação ou na condução de processos, sistemas ou projetos da Entidade, bem como de eventos externos que causem prejuízos nas suas atividades normais ou danos a seus ativos físicos.

A Entidade tem atuado para fortalecer seus processos e internalizar as melhores práticas de mercado em suas rotinas internas.

Nesse sentido, além de realizar o processo de autoavaliação de riscos e controles internos, a Entidade contratou os serviços de uma consultoria externa para validar os resultados alcançados pelo ciclo concluído naquele ano e evidenciar, por meio de metodologia aplicada pela empresa, a efetiva existência de controles declarados pelos gestores durante o ciclo de autoavaliação.

O resultado demonstrou um relevante grau de aderência entre os controles apontados nos questionários e os documentos apresentados pelos gestores, assim como as declarações consignadas durante entrevistas realizadas. Isso demonstra que o esforço da Entidade no sentido de disseminar uma cultura de controle em suas práticas e rotinas tem encontrado o respaldo e a parceria de seu quadro funcional.

As recomendações de melhoria destacadas na elaboração dos documentos ou na execução dos testes, que a cada ciclo têm apresentado redução, foram identificadas e comunicadas às unidades para que estas promovam ações de remediação para o ciclo posterior.

13. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DEMAIS CONTRIBUIÇÕES

A CAPOF, conforme consta em seu Estatuto, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar sem fins lucrativos e, de acordo com sua forma de tributação é isenta do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), conforme determina o § 3º do art. 15 da Lei nº 9.532/1997, alterado pelo art. 10 da Lei nº 9.718/1998 e isento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, de acordo com o art. 5º da Lei nº 10.426/2002, combinados com a Instrução Normativa nº 1.315/2013.

Em relação ao PIS e a COFINS, a apuração é efetuada com base na Lei nº 9.718/1998. Porém, a Entidade questiona judicialmente a legalidade de tais contribuições sobre suas atividades, as quais vem provisionando mensalmente desde do ingresso da ação.

 *afos*

14. EVENTO SUBSEQUENTE

14.1 PROCESSO DE MIGRAÇÃO DOS PARTICIPANTES E ASSISTIDOS DO PLANO PBD PARA O PLANO PMB

O processo de Migração dos Participantes e Assistidos do Plano PBD para o Plano PMB, foi aprovado pela PREVIC através da Portaria PREVIC/DILIC nº 1164, de 10/11/2022, publicada no D.O.U – seção 1 – página 126, em 16/11/2022, juntamente com as propostas de alteração dos Regulamentos dos Planos.

O atuário dos Planos efetuou a atualização das Reservas Individualizadas de Migração e os Termos de Migração, foram assinados efetivando assim a adesão de 100% da massa do Plano PBD ao Plano PMB, em janeiro de 2023.

As demais providências de encerramento do Plano PBD, junto à PREVIC, encontram-se em andamento com previsão até abril de 2023.

14.2 – POLITICA DE AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE CRÉDITO

A CAPOF elaborou a Política de Avaliação e Classificação de Crédito dos planos (PMB e PBD) objetivando definir os procedimentos para acompanhamento e classificação dos ativos financeiros de natureza de crédito, para definição das provisões, conforme as diretrizes estabelecidas na Instrução PREVIC nº 42, de 11 de outubro de 2021 que foi revogada pela Resolução PREVIC nº 18, de 22 de dezembro de 2022, com vigência a partir de 01 janeiro de 2023.

14.3 – CNPJ POR PLANOS DE BENEFÍCIOS

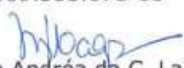
A Resolução CNPC nº 56 de 14 de dezembro de 2022 , concede a dilação do prazo implantação CNPJ por planos de benefícios para junho/2023. A CAPOF seguirá com as providências demonstradas no Cronograma atualizado com o envolvimento das áreas, de acordo com suas atividades, competências e responsabilidades, para que a total adequação à norma.

15. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração aprovou a emissão e divulgação dessas demonstrações contábeis em 29 de março de 2023.


Maria de Jesus Castelo Branco Freire
Diretora Superintendente e AETQ
CPF: 175.349.253-04


Andréa Ribeiro Nunes Freitas
Diretora Seguridade
CPF: 409.355.073-53


Márcia Andréa da C. Lages T. da Silva
CRC/MA - 5605-0
CPF: 329.779.803-34

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Diretores, Conselheiros, Patrocinadores e Participantes da

CAPOF – Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão – BEM
São Luís – MA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **CAPOF – Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão – BEM** ("Fundação" e/ou "Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefícios do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **CAPOF – Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão – BEM** em 31 de dezembro de 2022 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por preparar outras informações e divulgá-las no Relatório Anual de Informações – RAI. Esse relatório é requerido pela Instrução PREVIC nº 22/2015 e deverá ser elaborado em até 30 dias depois do prazo de envio das Demonstrações Contábeis da Entidade para PREVIC. O relatório deverá conter, entre outras: informações relevantes que permitam a análise dos resultados dos Planos frente aos objetivos traçados, da saúde financeira, atuarial e patrimonial dos Planos e fatos relevantes. De acordo com os requerimentos da NBC TA 720, os auditores têm como responsabilidade efetuar a leitura do Relatório, quando ele for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se o mesmo está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Informações Anuais – RAI e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RECIFE

Rua Ondina, 75 – Salas 601/602 – Pina Recife/PE
CEP: 51.011-180 – Ed. Empresarial Aveloz Multicenter
Fone: (81) 3467.4565

www.phfauditores.com.br

Rua Rodrigues Caldas, 726 – Sala 1204 – Santo Agostinho – Belo Horizonte/MG

CEP: 30.190-120

Fone: (31) 2510.7615

www.phfauditores.com.br

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive, quando aplicável, as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Luís – MA, 20 de março 2023.

PHF AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-PE - 000680/O-0 - "S" - MA



Paulo de Tarso M. Malta Jr.

Contador - CRC-PE - 0018346/O - "S" - MA

RECIFE

Rua Ondina, 75 - Salas 601/602 - Pina Recife/PE
CEP: 51.011-180 - Ed. Empresarial Aveloz Multicenter
Fone: (011) 3467.4565
www.phfaudidores.com.br

BELO HORIZONTE

Rua Rodrigues Caldas, 726 - Sala 1204 - Santo Agostinho - Belo Horizonte/MG
CEP: 30.190-120
Fone: (31) 2510.7615
www.phfaudidores.com.br

PARECER ATUARIAL DO PBD - PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO



PARECER ATUARIAL

Exercício de 2022

CAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão

Plano de Benefício Definido - PBD

Março de 2023

1

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 – São Paulo
Fone: 55 – 11-3834.4933
ccaconde@ccaconde.com.br
www.ccaconde.com.br

PARECER ATUARIAL

Avaliamos atuarialmente, o **Plano de Benefício Definido – PBD** da **CAPOF – CAIXA DE ASSISTÊNCIA E APOSENTADORIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DO MARANHÃO**, que foi instituído 24 de setembro de 1984 e atualmente é patrocinado pelo Banco Bradesco, tendo por base os dispositivos legais, bases cadastrais dos Participantes e as bases técnicas adotadas pela **CONDE CONSULTORIA ATUARIAL**.

Neste trabalho interpretamos os dispositivos regulamentares e identificamos as particularidades de cada Participante, extraídas da base de dados cadastrais e de informações fornecidas pela **CAPOF**. Desta forma, colocamos cada Participante à exposição do Plano de Benefícios, no sentido de identificarmos o seu respectivo Custo Atuarial, bem como suas Reservas Matemáticas.

Os resultados envolvem projeções futuras baseadas em hipóteses e parâmetros de cálculo, tais como política de crescimento salarial, rotatividade, juros, inflação, mortalidade, dentre outros que julgamos mais adequados para identificar os Custos e as Reservas Matemáticas do Plano de Benefícios, portanto, os resultados devem ser sempre analisados com o prévio conhecimento das hipóteses e parâmetros.

Nesta Avaliação foram utilizados critérios atuariais internacionalmente aceitos, sendo que todos os elementos citados no parágrafo anterior, bem como o método atuarial adotado, constam na Avaliação Atuarial processada pela **CONDE**, da qual o presente “Parecer Atuarial” é parte integrante, e as principais conclusões deste parecer podem ser assim resumidas.

Observamos que em novembro de 2022 ocorreu a autorização do órgão fiscalizador para a operação do processo de migração dos Participantes e Assistidos do **Plano de Benefício Definido – PBD** para o **Plano Misto de Benefícios – PMB** através da **PORTARIA PREVIC/DILIC Nº 1.164, de 10.11.2022**. Desta forma, a data efetiva definida para ocorrer a conclusão da operação será em janeiro de 2023.

No exercício de 2022, foi realizado o Estudo de Aderência das Bases Técnicas utilizadas para avaliar o **Plano de Benefício Definido – PBD**, a partir de dados fornecidos pela **CAPOF**, a **CONDE** elaborou Estudos de Aderência de Variáveis Econômicas e de Hipóteses Biométricas, com o objetivo de indicar as hipóteses que melhor expressam as tendências futuras do plano, de acordo com os cenários existentes na data do estudo atuarial, e mantém acompanhamentos constantes para qualquer variação.

Observados os resultados, a **CONDE** recomendou a atualização da Tábua de Mortalidade e a manutenção das demais Tábuas Biométricas e Variáveis Econômicas, adotadas nesta Avaliação, com exceção da taxa de juros, ressaltando que os estudos de aderência têm validade de 3 (três) anos observada a legislação aplicável.

O Patrimônio de Cobertura **Plano de Benefício Definido - PBD**, em 31/12/2022, foi de R\$16.460.239,44, para fazer frente às Reservas Matemáticas que totalizaram R\$16.677.086,00, resultando em um déficit de R\$216.846,56 aproximadamente 1,30% das Reservas Matemáticas.

Cabe esclarecer que houve um Ajuste de Precificação dos Ativos de R\$728.187,44, suficientes apenas para evitar o equacionamento da situação deficitária do Plano, contudo, em nossa opinião, esse procedimento não é suficiente para caracterizar uma situação de equilíbrio do Plano, mesmo porque a própria Contabilidade da **CAPOF**, fundamentada na Legislação, não fez esse reconhecimento por meio de lançamentos contábeis, de tal sorte a evitar a evidência do déficit no Balanço Contábil da entidade.

Com base em tais fatos, podemos concluir que o **Plano de Benefício Definido – PBD** da **CAPOF** encontra-se em Situação Financeiro-Atuarial deficitária. Porém, por se tratar de encerramento do processo de migração, o plano encerrará o exercício equilibrado, uma vez que o déficit será rateado de forma proporcional de acordo com as Reservas Matemáticas individuais de cada um.

Vale salientar que na Avaliação Atuarial de um Plano de Benefícios utiliza-se dos cálculos de probabilidades combinados com a matemática financeira, e tendo em vista que estimamos despesas com os encargos de aposentadorias e pensões, dentro de períodos futuros é comum trabalharmos com hipóteses e premissas atuariais.

Assim, os resultados da Avaliação Atuarial são extremamente sensíveis às variações dessas hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e modificações futuras nas experiências observadas como: crescimento salarial, capacidade de benefícios e salarial, mortalidade e invalidez poderão implicar em variações substanciais nos resultados atuariais.

A seguir, as principais informações sobre a Avaliação Atuarial:

➤ **Características do Plano**

O **Plano de Benefício Definido - PBD**, administrado pela **CAPOF**, CNPB nº 1984.0004-38, está estruturado na modalidade Benefício Definido, de acordo com a Resolução CNPC Nº 41, de 9 de junho de 2021.

Conforme Resolução CNPC Nº 46, de 01/10/2021, o **Plano de Benefício Definido - PBD**, administrado pela **CAPOF**, tem seu CNPJ divulgado pela Receita Federal do Brasil sendo nº 48.306.678/0001-23, devendo ser implementada até 30 de junho de 2023, conforme CNPC no. 56/2022.

O **Plano de Benefício Definido - PBD** encontra-se em extinção desde 01/11/1999.

➤ **Processo de Migração:**

Em novembro de 2022 ocorreu a autorização do órgão fiscalizador para a operação do processo de migração dos Participantes e Assistidos do **Plano de Benefício Definido – PBD** para o **Plano Misto de Benefícios – PMB**. Desta forma, a data efetiva definida para ocorrer a conclusão da operação será em janeiro de 2023.

➤ **Alteração Regulamentar**

No ano de 2022, existiram alterações regulamentares no **Plano de Benefício Definido – PBD** para suportar a operação de migração entre planos.

➤ **Cadastro**

O cadastro utilizado nesta Avaliação corresponde ao mês de novembro/2022, e contempla todos os Participantes do Plano, tendo sido previamente submetido a processo de consistência, o qual foi considerado válido para os cálculos atuariais.

Apresentamos a seguir sua composição:

Base de dados: nov/2022

Valores R\$ 1,00

Descrição	Ativos	Assistidos			Total de Participantes
		Aposen- tados	Pensio- nistas (*)	Total	
Quantidade de Participantes	2	16	8	24	26
Folha Salarial / Benefício (mensal)	6.958	76.684	36.943	113.627	120.585
Salário Médio / Benefício Médio (mensal)	3.479	4.793	4.618	4.734	4.638
Idade Média	60	73	72	73	72
Tempo Médio de Admissão (anos)	33	-	-	-	33
Tempo Médio para Aposent. (anos)	-	-	-	-	-
Tempo Médio de Plano (anos)	33	-	-	-	33

(*) Idade média de Pensão com base nos dependentes vitalícios.

Observação: Existe um participante ativo em BPD com a opção de cobertura para os benefícios de risco.

➤ Recomposição Salarial e de Benefícios

Conforme autorização do órgão fiscalizador para a operação do processo de migração em novembro de 2022, as Reservas Matemáticas foram recalculadas em novembro de 2022 e de acordo com a recomposição salarial e de benefícios definidos em regulamento e, posteriormente reposicionados em 31/12/2022, de acordo com a opção pela atualização através da meta atuarial do plano.

➤ Hipóteses Atuariais

Conforme autorização do órgão fiscalizador para a operação do processo de migração em novembro de 2022, as premissas foram calculadas e, posteriormente reposicionados, em 31/12/2022 pela atualização da meta atuarial do plano.

As premissas Atuariais utilizadas na Avaliação atuarial mediante a observação do processo de migração são as seguintes:

Tábuas Biométricas

Tábuas Biométricas	2022	2021
Tábua Geral	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua Geral Anuidade de Pensão	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua - Risco Morte / Capitalização	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Entrada em Invalidez	Light Média	Light Forte
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Tábua de Ativos	Combinação de tábuas mencionadas com adoção do Método Hamza	Combinação de tábuas mencionadas com adoção do Método Hamza

Variáveis Econômicas

Variáveis Econômicas	2022	2021
Taxa de Juros	4,26%	4,26%
Taxa de Rotatividade	Nula	Nula
Taxa de Crescimento Salarial	Nula	Nula
Taxa de Crescimento de Benefícios	Nula	Nula
Capacidade Salarial	98,00%	98,00%
Capacidade de Benefícios	98,00%	98,00%
Índice do Plano ^(*)	IPCA-IBGE	IPCA-IBGE

(*) Índice mínimo, como se "em atividade estivesse".

Tábua de Anuidade em Pensão

Tábua de Anuidade de Pensão	2022	2021
Ativos	De acordo com a experiência Conde foi elaborada a família média padrão, que serviu de base para o cálculo da Tábua das Anuidades de Pensão.	De acordo com a experiência Conde foi elaborada a família média padrão, que serviu de base para o cálculo da Tábua das Anuidades de Pensão.
Assistidos	Família Real.	Família Real.

Método de Avaliação

Método de Avaliação	2022	2021
Regime Financeiro	Capitalização	Capitalização
Método de Financiamento	Idade de Entrada	Idade de Entrada

Para as Aposentadorias, Pecúlio e Pensões, o Regime adotado é o de Capitalização por Idade de Entrada; Repartição Simples para os Auxílios e Despesas Administrativas.

➤ **Estudo de Aderência**

A **CONDE**, a partir de dados fornecidos pela **CAPOF**, elaborou Estudos de Aderência de Variáveis Econômicas e de Hipóteses Biométricas no exercício de 2022, com o objetivo de indicar as hipóteses que melhor expressam as tendências futuras do plano, de acordo com os cenários existentes na data do estudo atuarial, e mantém acompanhamentos constantes para qualquer variação.

Observados os resultados, a **CONDE** recomendou a atualização da Tábua de Mortalidade e a manutenção das demais Tábuas Biométricas e Variáveis Econômicas, adotadas nesta Avaliação, com exceção da taxa de juros, conforme descrito no próximo item, ressaltando que os estudos de aderência têm validade de 3 (três) anos observada a legislação aplicável.

➤ **Taxa de juros**

Todo sistema estruturado no regime de capitalização parte do pressuposto de acumulação de capitais. Como hipótese, considera-se que esses capitais serão aplicados no mercado financeiro e terão um retorno financeiro, este expresso por uma rentabilidade real, ou seja, acima da inflação.

Esse retorno está traduzido em uma taxa de juros e nesta Avaliação adotamos a taxa de juros real de 4,26%. Nosso pronunciamento se justifica ao observar o cenário econômico Nacional que delineia as novas políticas econômicas adotadas pelo Governo Federal, que por sua vez está baseada em estudos desenvolvidos por essa Entidade e por seus consultores financeiros, já apreciados pela diretoria da **CAPOF** e por nós Atuários, conforme a duração do Plano e o limite superior e inferior da taxa de juros parâmetro aprovado pela **Previc**.

Informamos que esta taxa de juros foi baseada em estudos desenvolvidos por consultoria de investimento externa, contratada pela **CAPOF**, motivo pelo qual não foram processados os respectivos estudos de aderência pela **CONDE**.

➤ **Rentabilidade Patrimonial do Plano**

A rentabilidade Patrimonial do **Plano de Benefício Definido - PBD**, calculada pelo método da Taxa Interna de Retorno (TIR), atingiu no exercício de 2022 o percentual de 12,50% que, comparado com a inflação acumulada no período de 5,78% (IPCA/IBGE), acrescida do juro atuarial anual de 4,26%, ficou acima da meta atuarial em 2,00% neste exercício.

A rentabilidade calculada pela **CONDE** está voltada para a aderência da premissa da taxa de juros utilizada nos cálculos atuariais, motivo pelo qual a denominamos de Rentabilidade Patrimonial do Plano de Benefícios, sendo que nesse exercício de 2022, ela atingiu a meta atuarial.

➤ **Patrimônio do Plano**

Tendo em vista a operação do processo de migração em novembro de 2022, vimos demonstrar o Patrimônio de Cobertura do **Plano de Benefício Definido – PBD**, contabilizado pela **CAPOF**.

Valores em R\$1,00

Situação do Plano (*)	dez/22	nov/22	dez/21
Ativo	16.774.825	16.654.107	16.189.740
Exigível Operacional	(23.613)	(21.247)	(21.222)
Exigível Contingencial	(15.258)	(253.436)	(253.436)
Fundos Administrativos	(275.010)	(187.059)	(150.685)
Fundo de Operações com Participantes	(704)	(698)	(1.263)
Patrimônio de Cobertura	16.460.239	16.191.666	15.763.133

(*) Informações coletadas via Balancete.

➤ **Dívidas Contratadas**

Não existe registro de dívida contratada no balanço do **Plano de Benefício Definido – PBD**.

➤ **Passivo Judicial versus Ativo do Plano**

Existem registros de passivo Judicial no balanço do **Plano de Benefício Definido - PBD** no valor de R\$ 15.257,94 contra Depósitos Judiciais Recursais no Ativo do Plano no valor de R\$221.178,44.

➤ Resultados das Reservas Matemáticas

As Reservas Matemáticas totalizaram R\$16.677.086,00, conforme quadro a seguir:

Reservas Matemáticas em 31 de dezembro			
	Valores em R\$ 1,00		
Descrição	dez/22	nov/22	dez/21
Benefícios Concedidos	16.525.875	16.367.114	16.176.555
Benefícios a Conceder	151.211	149.758	136.151
Reservas a Amortizar	-	-	-
Total de Reservas Matemáticas	16.677.086	16.516.872	16.312.706

Tendo em vista a operação do processo de migração em novembro de 2022, as Reservas Matemáticas foram calculadas em 31/11/2022 e, posteriormente, reposicionadas em 31/12/2022, de acordo com a opção da **CAPOF** pela atualização através da meta atuarial do plano.

➤ Plano de Custeio

As contribuições dos Patrocinadores e dos Participantes serão fixadas, a cada ano, pelo Conselho Deliberativo, baseado no Plano Anual de Custeio, elaborado atuarialmente. Entretanto, como o **Plano de Benefício Definido - PBD** será extinto, em razão da migração de 100% da massa de participantes e beneficiários, não haverá apresentação de Plano de Custeio para 2023.

Adicionalmente, a data efetiva em que ocorreu a conclusão da operação foi janeiro de 2023.

➤ Situação Financeiro-Atuarial

O Patrimônio de Cobertura do Plano, no valor total de R\$16.460.239,44 não cobre as Reservas Matemáticas de R\$16.677.086,00, gerando um déficit de R\$216.846,56 aproximadamente 1,30% das Reservas Matemáticas posicionadas em dezembro/2022.

	Valores em R\$1,00		
Situação do Plano	dez/22	nov/22	dez/21
a) Patrimônio de Cobertura	16.460.239	16.191.666	15.763.133
b) Reservas Matemáticas	(16.677.086)	(16.516.872)	(16.312.706)
a-b = (Déficit) / Superávit	(216.847)	(325.206)	(549.573)

➤ **Duração do Passivo do Plano**

A duração do passivo do Plano é calculada conforme a legislação e representa a média dos prazos dos fluxos anuais de pagamentos de benefícios líquidos, ponderados pelo valor presente desses. A duração verificada em dezembro de 2022, para do **Plano de Benefício Definido - PBD da CAPOF**, é de 8,23 anos.

➤ **Déficit do Plano**

A **CONDE** aplicou a Resolução CNPC N° 30, de outubro de 2018, para identificar o equacionamento do déficit do exercício de 2022 e o mesmo não ultrapassou o limite previsto na citada resolução, assim não existe a obrigatoriedade do seu equacionamento neste estágio. Porém, por se tratar de plano em processo de migração, este déficit deverá ser quitado proporcionalmente pelos participantes de acordo com as Reservas Matemáticas individuais de cada um.

Apuração do Déficit	Valores
Reservas Matemáticas]	16.677.086
Duração (anos)	8,23
Resultado Apurado (R\$) (Superávit/(Déficit))	(216.847)
Ajuste de Precificação* (R\$)	728.187
Resultado Apurado (R\$) - com Ajuste(*)	511.341
Limite do Déficit	706.208
Valor a ser equacionado	Não é obrigatório

(*) Ajuste de precificação informado pela **CAPOF**

➤ **Ajuste de Precificação de Ativos**

Em consonância com a legislação reproduzimos a seguir o Ajuste de Precificação de Ativos que corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços, classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento elaborado pela Contabilidade da **CAPOF**:

Valor Contábil x Valor Ajustado		Valores em R\$1,00
CONTÁBIL	AJUSTADO	AJUSTE
5.981.087,00	6.709.274,00	728.187,00

O Balanço Contábil da **CAPOF**, de forma explícita, apresenta uma situação de desequilíbrio (Déficit) no valor total de R\$216.846,56. Desta forma, em nossa opinião, esse procedimento de Ajuste de Precificação dos Ativos não é suficiente para caracterizar uma situação de equilíbrio pleno, porém devido ao processo de migração, o ajuste de precificação deve ser observado pela Entidade na data de conclusão da operação que acompanhará as Reservas Matemáticas de Migração.

São Paulo, março de 2023.

Conde Consultoria Atuarial Ltda.


Newton Cezar Conde
Atuário MIBA 549
Daniel Rahmi Conde
Atuário MIBA 2126
Patrícia Cota
Atuária MIBA 1789

PARECER ATUARIAL DO PMB - PLANO MISTO DE BENEFÍCIO



PARECER ATUARIAL

Exercício de 2022

CAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão

Plano Misto de Benefícios - PMB

Março de 2023

PARECER ATUARIAL

Avaliamos atuarialmente, o **Plano de Misto de Benefício – PMB** da **CAPOF – CAIXA DE ASSISTÊNCIA E APOSENTADORIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DO MARANHÃO**, que foi instituído 01 de novembro de 1999 e atualmente é patrocinado pelo Banco Bradesco e pela **CAPOF – Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão**, tendo por base os dispositivos legais, bases cadastrais dos Participantes e as bases técnicas adotadas pela **CONDE CONSULTORIA ATUARIAL**.

Neste trabalho interpretamos os dispositivos regulamentares e identificamos as particularidades de cada Participante, extraídas da base de dados cadastrais e de informações fornecidas pela **CAPOF**. Desta forma, colocamos cada Participante à exposição do Plano de Benefícios, no sentido de identificarmos o seu respectivo Custo Atuarial, bem como suas Reservas Matemáticas.

Os resultados envolvem projeções futuras baseadas em hipóteses e parâmetros de cálculo, tais como política de crescimento salarial, rotatividade, juros, inflação, mortalidade, dentre outros que julgamos mais adequados para identificar os Custos e as Reservas Matemáticas do Plano de Benefícios, portanto, os resultados devem ser sempre analisados com o prévio conhecimento das hipóteses e parâmetros.

Nesta avaliação foram utilizados critérios atuariais internacionalmente aceitos, sendo que todos os elementos citados no parágrafo anterior, bem como o método atuarial adotado, constam na Avaliação Atuarial processada pela **CONDE CONSULTORIA**, da qual o presente “Parecer Atuarial” é parte integrante, e as principais conclusões deste parecer podem ser assim resumidas.

Ressaltamos que o **Plano Misto de Benefícios - PMB** da **CAPOF** é um plano de Contribuição Variável, sendo que na fase de atividade tem características de Contribuição Definida, e na fase de inatividade de Benefício Definido, ou seja, na concessão da suplementação o saldo de conta do Participante é transformado em um Benefício Vitalício, considerando sua Composição Familiar, as Hipóteses Biométricas e Financeiras no momento da concessão.

No exercício de 2022, foi realizado o Estudo de Aderência das Bases Técnicas utilizadas para avaliar o **Plano Misto de Benefícios - PMB**, a partir de dados fornecidos pela **CAPOF**, a **CONDE** elaborou Estudos de Aderência de Variáveis Econômicas e de Hipóteses Biométricas, com o objetivo de indicar as hipóteses que melhor expressam as tendências futuras do plano, de acordo com os cenários existentes na data do estudo atuarial, e mantém acompanhamentos constantes para qualquer variação.

Observados os resultados, a **CONDE** recomendou a atualização da Tábua de Mortalidade e a manutenção das demais Tábuas Biométricas e Variáveis Econômicas, adotadas nesta Avaliação, com exceção da taxa de juros, conforme descrito no próximo item, ressaltando que os estudos de aderência têm validade de 3 (três) anos observada a legislação aplicável.

O Custo do **Plano Misto de Benefícios - PMB**, calculado pela **CONDE CONSULTORIA**, resultou em 14,00% dos Salários de Participação, por outro lado, a **CAPOF** arrecada contribuições na proporção de 14,00% sobre o total dos mesmos Salários de Participação, quando adicionadas às Contribuições Extraordinárias sofrem variações, tendo em vista a forma de financiamento.

O Patrimônio Líquido do Plano de Benefícios, em dezembro de 2022, no valor de R\$277.847.429, faz frente às Reservas Matemáticas de R\$269.547.301, apresentando um superávit de R\$8.300.128, aproximadamente 3,08% das Reservas Matemáticas. Desta forma, o valor de R\$8.300.128 apresentado está dentro do limite da Reserva de Contingência do Plano, motivo pelo qual não existe distribuição do superávit.

Com base em tais fatos, podemos concluir que o **Plano Misto de Benefícios – PMB** da **CAPOF** encontra-se em Situação Financeiro-Atuarial superavitária.

Observamos que em novembro de 2022 ocorreu a autorização do órgão fiscalizador para a operação do processo de migração dos Participantes e Assistidos do **Plano de Benefício Definido – PBD** para o **Plano Misto de Benefícios – PMB** através da **PORTARIA PREVIC/DILIC Nº 1.164, de 10.11.2022**. Desta forma, a data efetiva definida para ocorrer a conclusão da operação será em janeiro de 2023.

Vale salientar que na Avaliação Atuarial de um Plano de Benefícios utiliza-se dos cálculos de probabilidades combinados com a matemática financeira, e tendo em vista que estimamos despesas com os encargos de aposentadorias e pensões, dentro de períodos futuros é comum trabalharmos com hipóteses e premissas atuariais.

Assim, os resultados da Avaliação Atuarial são extremamente sensíveis às variações dessas hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e modificações futuras nas experiências observadas como: crescimento salarial, rotatividade, capacidade de benefícios e salarial, mortalidade e invalidez poderão implicar em variações substanciais nos resultados atuariais.

A seguir, as principais informações sobre a Avaliação Atuarial:

➤ **Características do Plano**

O **Plano Misto de Benefícios - PMB**, administrado pela **CAPOF**, CNPB nº 1999.0041-83, está estruturado na modalidade Contribuição Variável, de acordo com a Resolução CNPC nº 41, de 09 de junho de 2021.

Conforme Resolução CNPC Nº 46, de 01/10/2021, o **Plano Misto de Benefícios - PMB**, administrado pela CAPOF, tem seu CNPJ divulgado pela Receita Federal do Brasil sendo nº 48.307.064/0001-66, devendo ser implementada até 30 de junho de 2023, conforme CNPC no. 56/2022.

➤ **Outras informações:**

Em novembro de 2022 ocorreu a autorização do órgão fiscalizador para a operação do processo de migração dos Participantes e Assistidos do **Plano de Benefício Definido – PBD** para o **Plano Misto de Benefícios – PMB**. Desta forma, a data efetiva definida para ocorrer a conclusão da operação será em janeiro de 2023.

➤ **Alteração Regulamentar**

No ano de 2022, existiram alterações regulamentares no **Plano Misto de Benefícios - PMB** para suportar a operação de migração entre planos.

➤ **Cadastro**

O cadastro utilizado nesta Avaliação corresponde ao mês de dezembro/2022, contempla todos os Participantes do Plano, tendo sido previamente submetido a processo de consistência, o qual foi considerado válido para os cálculos atuariais.

Base de dados: dez/2022

Valores R\$ 1,00

Descrição	Ativos	Assistidos			Total de Participantes
		Aposentados	Pensionistas (**)	Total	
Quantidade de Participantes	43	239	113	352	395
Folha Salarial / Benefício (mensal)	347.269	1.349.020	412.987	1.762.006	2.109.276
Salário Médio / Benefício Médio (mensal)	8.076	5.644	3.655	5.006	5.340
Idade Média	56	74	71	73	71
Tempo Médio de Admissão (anos)	32	-	-	-	-
Tempo Médio para Aposent. (anos)	2	-	-	-	-
Tempo Médio de Plano (anos)	22	-	-	-	-

(**) Considerados apenas os Beneficiários Principais de cada Suplementação da Pensão.

➤ **Recomposição Salarial e de Benefícios**

Considerando que o reajuste relativo ao dissídio salarial tem como base setembro/2022, e os resultados desta avaliação encontram-se posicionados em 31/12/2022, os salários, para efeito desta avaliação, foram recompostos, logo tiveram um acréscimo de 1,22% referente à variação acumulada do INPC-IBGE de setembro/2022 a dezembro/2022 para os participantes ativos da Patrocinadora Bradesco, e conforme o dissídio salarial da Patrocinadora **CAPOF** tem como base janeiro/2022 utilizamos a variação acumulada do INPC-IBGE de janeiro/2022 a dezembro/2022, logo, obteve um acréscimo de 5,93%.

Para os Participantes Assistidos, o reajuste do benefício anual é resultante da Variação Patrimonial (Cota), desta forma, para esta Avaliação, os benefícios foram recompostos tendo em vista a variação da cota proporcional ao período de janeiro/2022 a dezembro/2022 no valor de 10,05%. Para os benefícios decrescentes foram descontados os juros proporcionais da avaliação atuarial em vigor no período da concessão, conforme a seguir:

- ✓ = 4,32% (descontada a taxa real de juros de 6,00% a.a.)
- = 5,23% (descontada a taxa real de juros de 5,00% a.a.)
- = 5,33% (descontada a taxa real de juros de 4,90% a.a.)
- = 5,59% (descontada a taxa real de juros de 4,61% a.a.)
- = 5,79% (descontada a taxa real de juros de 4,40% a.a.)

Cabe esclarecer que os procedimentos descritos no parágrafo anterior objetivam posicionar os salários e os benefícios no pico, extraindo desses todo e qualquer efeito da inflação e a cota do plano.

➤ **Saldo de Contas**

Ressaltamos que a apuração do valor das cotas, os saldos de contas e demais Fundos estão posicionados em 31/12/2022, e são de responsabilidade da **CAPOF**, sendo que a **CONDE CONSULTORIA** as obtém por meio da base de dados cadastrais ou informações contábeis.

➤ **Hipóteses Atuariais**

As premissas atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial são as seguintes:

Tábuas Biométricas

Tábuas Biométricas	2022	2021
Tábua Geral	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua Geral Anuidade de Pensão	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua - Risco Morte / Capitalização	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Entrada em Invalidez	Light Média	Light Forte
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Tábua de Ativos	Combinação de tábuas mencionadas com adoção do Método Hamza.	Combinação de tábuas mencionadas com adoção do Método Hamza.

Variáveis Econômicas

Variáveis Econômicas	2022	2021
Taxa de Juros	4,40% a.a.	4,40% a.a.
Taxa de Rotatividade	Nula	Nula
Taxa de Crescimento Salarial	Nula	Nula
Taxa de Crescimento de Benefícios	Nula	Nula
Capacidade Salarial	98,00%	98,00%
Capacidade de Benefícios	98,00%	98,00%
Índice do Plano	Cota	Cota

Tábua de Anuidade em Pensão

Tábua de Anuidade de Pensão	2022	2021
Ativos	De acordo com a experiência Conde foi elaborada a família média padrão, que serviu de base para o cálculo da Tábua das Anuidades de Pensão.	De acordo com a experiência Conde foi elaborada a família média padrão, que serviu de base para o cálculo da Tábua das Anuidades de Pensão.
Assistidos	Família Real.	Família Real.

Método de Avaliação

Regime Financeiro	2022	2021
Regime	Capitalização	Capitalização
Método de Financiamento	Idade de Entrada	Idade de Entrada

Para a Aposentadoria, o regime adotado foi o de Capitalização por Cota. Para as Aposentadorias por Invalidez, Pensão e o Pecúlio por Morte, foi adotado o regime de Capitalização financiado pelo método Idade de Entrada, e, ainda, o regime de Repartição Simples para o Auxílio-Doença e para as Despesas Administrativas.

➤ **Estudo de Aderência**

A **CONDE**, a partir de dados fornecidos pela **CAPOF**, elaborou Estudos de Aderência de Variáveis Econômicas e de Hipóteses Biométricas no exercício de 2022, com o objetivo de indicar as hipóteses que melhor expressam as tendências futuras do plano, de acordo com os cenários existentes na data do estudo atuarial, e mantém acompanhamentos constantes para qualquer variação.

Observados os resultados, a **CONDE** recomendou a atualização da Tábua de Mortalidade e a manutenção das demais Tábuas Biométricas e Variáveis Econômicas, adotadas nesta Avaliação, com exceção da taxa de juros, conforme descrito no próximo item, ressaltando que os estudos de aderência têm validade de 3 (três) anos observada a legislação aplicável.

➤ **Taxa de juros**

Todo sistema estruturado no regime de capitalização parte do pressuposto de acumulação de capitais. Como hipótese, considera-se que esses capitais serão aplicados no mercado financeiro e terão um retorno financeiro, este expresso por uma rentabilidade real, ou seja, acima da inflação.

Esse retorno está traduzido em uma taxa de juros e nesta Avaliação adotamos a taxa de juros real de 4,40%. Nosso pronunciamento se justifica ao observar o cenário econômico Nacional que delineia das novas políticas econômicas adotadas pelo Governo Federal, assim, que por sua vez está baseada em estudos desenvolvidos por essa Entidade e por seus consultores financeiros, já apreciados pela diretoria da **CAPOF** e os Atuários os Plano, conforme a duração do Plano e o limite superior e inferior da taxa de juros parâmetro aprovado pela Previc.

Informamos que esta taxa de juros foi baseada em estudos desenvolvidos por consultoria de investimento externa, contratada pela **CAPOF**, motivo pelo qual não foram processados os respectivos estudos de aderência pela **CONDE**.

➤ **Rentabilidade do Plano**

A rentabilidade do **Plano Misto de Benefícios - PMB**, calculada pela cota, atingiu no exercício de 2022 o percentual de 11,32% que, comparado com o INPC/IBGE, acumulado no período de 5,93%, acrescido do juro atuarial anual de 4,40%, resultou na taxa de 0,66% acima da meta atuarial.

A rentabilidade calculada pela **CONDE** está voltada para a aderência da premissa da taxa de juros utilizada nos cálculos atuariais, motivo pelo qual a denominamos de Rentabilidade Patrimonial do Plano de Benefícios, sendo que, nesse exercício de 2022, ela atingiu a meta atuarial.

➤ **Patrimônio de Cobertura do Plano**

O cálculo do Patrimônio de Cobertura do **Plano Misto de Benefícios - PMB**, considerando os balancetes contábeis de 31 de dezembro:

Situação em 31 de dezembro		Valores em R\$ 1,00
Situação do Plano (*)	2022	2021
Ativo Total	284.881.189	275.535.516
Exigível Operacional	(174.434)	(207.664)
Exigível Contingencial	(1.949.834)	(2.186.768)
Fundo Previdencial	(47.683)	(32.620)
Fundos Administrativos	(3.653.710)	(2.001.960)
Fundo de Operações com Participantes	(1.208.099)	(1.190.545)
Patrimônio de Cobertura	277.847.429	269.915.959

(*) Informações coletadas do Balancetes de dezembro de 2022 e 2021.

➤ **Dívidas Contratadas**

Não existe registro de dívida contratada no balanço do **Plano Misto de Benefícios - PMB**, contudo, existe um Instrumento de Confissão e Consolidação de Dívida, assinado em 31/03/2016, e o Primeiro Aditivo a esse instrumento, assinado em 09/03/2017.

➤ **Passivo Judicial versus Ativo do Plano**

Existem registros de Passivo Judicial no balanço do **Plano Misto de Benefícios - PMB** no valor de R\$ 1.949.834,41 contra Depósitos Judiciais Recursais no Ativo do Plano no valor de R\$ 1.866.001,93.

➤ **Resultados dos Custos e das Reservas Matemáticas**

Os resultados apresentados nesta avaliação expressam um custo normal de 14,00% sobre o total de Salários de Participação dos Participantes inscritos no Plano Misto de Benefícios e o Custo Total é somado ao Custo das Extraordinárias que sofre variações tendo em vista a forma de financiamento. Apresentamos a seguir, resumidamente, os resultados da Avaliação:

Custo Atuarial Nivelado (%)

Benefícios (*)	2022	2021
	% Custo	% Custo
Patrocinadoras / Participantes		
Aposentadorias	6,53	7,66
Aposentadorias por Invalidez	0,54	0,42
Pensão por Morte	0,03	0,02
Pecúlio por Morte	1,62	0,72
Auxílio Doença	0,28	0,18
Despesas Administrativas (**)	5,00	5,00
Custo Normal (Patroc / Part.)	14,00	14,00
Custo Total	14,00	14,00
Assistidos		
Previdencial	9,00	9,00
Despesas Administrativas (**)	5,00	5,00
Custo Normal	14,00	14,00
Extraordinária em % ⁽¹⁾	1,00	3,00
Custo Total - Assistidos	15,00	17,00
Patrocinadora		
Extraordinária em R\$ 1,00 ⁽²⁾	R\$ 22.826.772	R\$29.325.566

(*) Custos atuariais em % sobre o total do Valor Atual dos Salários de Participação para os Participantes e Patrocinadora e a Folha de Benefícios para os Assistidos

(1) Equacionamento do Déficit 2012/2015 sobre o benefício vitalício (déficit financiado por um grupo de 309 aposentados e pensionistas, o ano anterior eram 311) – informações **CAPOF**.

(2) Valor coletado do balancete de dezembro/2022.

O Custo do Auxílio-Doença foi avaliado pelo método de Repartição Simples.

O valor para as Despesas Administrativas, considerado nesta Avaliação, foi informado pela **CAPOF**. O valor orçado é de R\$ R\$2.992.534,00, referente às despesas previdenciais.

No Plano de Gestão Administrativa, informado pela **CAPOF**, foram definidas outras fontes de custeio administrativo, porém as mesmas poderão ser revistas após a data efetiva definida para ocorrer a conclusão da operação de migração, que será em janeiro de 2023:

- 10% repasse da patrocinadora sobre a contribuição extraordinária;
- Taxa de administração de empréstimos;
- Taxa de administração de 0,50% sobre os recursos garantidores;
- Reversão de parte do fundo administrativo.

As Reservas Matemáticas totalizaram R\$269.547.301, conforme quadro a seguir:

Reservas Matemáticas em 31 de dezembro		Valores em R\$ 1,00
Discriminação	2022	2021
Benefícios Concedidos	252.725.236	250.288.405
Benefícios a Conceder	19.284.331	21.084.523
Benefícios do Plano com a Geração Atual	19.398.095	21.194.641
Outras Contribuições da Geração Atual	(113.764)	(110.118)
Reservas a Amortizar	(2.462.266)	(7.551.428)
Patrocinadora	0	0
Assistidos	(2.462.266)	(7.551.428)
Total de Reservas Matemáticas	269.547.301	263.821.500

Cabe esclarecer que o valor constante nas Reservas a Amortizar é referente ao déficit de equacionado de 2015, compromissos estes amparados em documentos contratuais e em avaliações atuariais anteriores.

➤ Proposta do Plano Anual de Custeio

Compete ao Conselho Deliberativo da **CAPOF**, com anuência das Patrocinadoras, a aprovação do Plano de Custeio deste Plano Misto de Benefícios, por recomendação da Diretoria Executiva, embasada em parecer atuarial emitido pelo Atuário responsável por este Plano, a seguir:

Contribuição (*)	Proposta do Plano de Custeio - 2023				
	Partic.	Patroc.	Total	BPD	Assistidos
Contribuição Normal em %					
Aposentadoria(**)	3,27	3,27	6,53	-	9,00
Aposentadorias por Invalidez	0,27	0,27	0,54	0,54	-
Pensão por Morte	0,02	0,02	0,03	0,03	-
Pecúlio por Morte	0,81	0,81	1,62	1,62	-
Auxílio Doença	0,14	0,14	0,28	-	-
Taxa de Carregamento	2,50	2,50	5,00	5,00	5,00
Subtotal em %	7,00	7,00	14,00	7,19	14,00
Contribuição Extraordinária					
Extraordinária - Patroc. em R\$ / para os Assistidos em %	-	22.826.772	22.826.772		1,00
Total das Contribuições em % - Mensal (exceto Extra. Da Patroc.)	7,00	7,00	14,00		15,00
Total das Contribuições Extra. da Patroc. em R\$ - Valor Mensal (1)	-	808.909	808.909		-

(*) % Sobre o total dos Salários de Participação, BPD optante pelo Risco e para os Assistidos sobre o Total dos Benefícios

(**) Contribuição média observado conforme base de dados.

(1) Respeitando o Contrato de Consolidação e Confissão de Dívida, informado pela **CAPOF**. Para um grupo de 309 Assistidos, o percentual é de 1,00% sobre Benefício Vitalício.

Despesas Administrativas:

Conforme informado pela **CAPOF**, as Despesas Administrativas serão custeadas através da taxa de carregamento pelo percentual de 35,71%, aplicado sobre o total das contribuições normais do Plano Misto de Benefícios, equivalente a 5% dos Salários de Participação e dos Benefícios conforme demonstrado no quadro anterior.

No Plano de Gestão Administrativa, informado pela **CAPOF**, foram definidas outras fontes de custeio administrativo, porém as mesmas poderão ser revistas após a data efetiva definida para ocorrer a conclusão da operação de migração, que será em janeiro de 2023:

- 10% repasse da patrocinadora sobre a contribuição extraordinária;
- Taxa de administração de empréstimos,
- 0,50% sobre os recursos garantidores;
- Reversão de parte do fundo administrativo.

Ressaltamos que o fundo administrativo poderá absorver as sobras ou as insuficiências das despesas orçadas, mantendo-a equilibrada.

➤ Situação Financeiro-Atuarial

O Patrimônio de Cobertura do **Plano Misto de Benefícios - PMB**, no valor total de R\$277.847.429, cobre as Reservas Matemáticas de R\$269.547.301, gerando um superávit de R\$ 8.300.128, aproximadamente 3,08% das Reservas Matemáticas posicionadas em dezembro/2022.

Situação em 31 de dezembro		Valores em R\$1,00
Situação do Plano	2022	2021
a) Patrimônio de Cobertura	277.847.429	269.915.959
b) Reservas Matemáticas	(269.547.301)	(263.821.500)
a-b = Superávit	8.300.128	6.094.460

Este Plano há seis anos seguidos vem apresentando superávits, contudo, o valor apresentado está dentro do limite das Reservas de Contingência, motivo pelo qual não houve distribuição de superávit.

➤ Distribuição do Superávit

De acordo com a legislação o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das Reservas Matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

(A) Reservas Matemáticas atribuíveis aos benefícios definidos, deduzidas das Reservas Matemáticas a Constituir.

(B) Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{Duração do Passivo do Plano})] \times \text{Reservas Matemáticas}$

Valores em R\$ 1,00

Análise do Superávit e o Limite da Reserva de Contingência			
25% das Reservas (A)	Fórmula (B)	LRC = MÍNIMO (A;B)	Superávit Atual
R\$ 62.599.050	R\$ 47.750.555	R\$ 47.750.555	R\$ 8.300.128

LRC: Limite da Reserva de Contingência.

Ajuste de Precificação Positivo não aplicável.

Observação: Foi utilizada a duração do passivo apurada em 31/12/2021 de 9,07 anos

Desta forma, o valor de R\$8.300.128,49 apresentado, está dentro do limite da Reserva de Contingência do Plano, motivo pelo qual não existe obrigatoriedade pela destinação do superávit.

➤ Duração do Passivo do Plano

A duração do passivo do Plano é calculada conforme a legislação e representa a média dos prazos dos fluxos anuais de pagamentos de benefícios líquidos, ponderados pelo valor presente desses. A duração verificada em dezembro de 2022, conforme Sistema Venturo, para o Plano de Benefícios **Plano Misto de Benefícios - PMB** da **CAPOF**, é de 8,75 anos.

➤ Ajuste de Precificação de Ativos

Em consonância com a legislação, reproduzimos a seguir o Ajuste de Precificação de Ativos que corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços, classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento elaborado pela Contabilidade da **CAPOF**:

Valor Contábil x Valor Ajustado		Valores em R\$1,00
CONTÁBIL	AJUSTADO	AJUSTE
75.445.432,00	64.049.700,00	11.395.734,00

O quadro anterior refere-se a diferença entre a taxa de juros dos títulos e a taxa de juros atuariais, contudo, em nosso ponto de vista, esse ajuste deveria ser reconhecido formalmente por meio de lançamentos contábeis.

São Paulo, março de 2023.

Conde Consultoria Atuarial Ltda.


Newton Cezar Conde
Atuário MIBA 549


Daniel Rahmi Conde
Atuário MIBA 2126


Patrícia Cota
Atuária MIBA 1789

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

DocuSign Envelope ID: C281A5BF-2D10-4927-882B-52E0F56D4380



MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2022

Em conformidade com o Art. 22, alínea "f", do Estatuto da Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do BEM - CAPOF, consoante ao que estabelece o inciso XI, do Art. 17, da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 43, de 06/08/2021 e Instrução Normativa PREVIC nº 31, de 20/08/2020, este Conselho apreciou as Demonstrações Contábeis de 2022, Consolidadas: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS) e Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) e as Individuais por Plano de Benefícios PBD e PMB: Demonstração do Ativo Líquido do Plano (DAL), Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) e a Demonstração das Provisões Técnicas (DPT), consubstanciado pelos Pareceres Atuariais da CONDE Consultoria Atuarial, responsável técnica pelos Planos de Benefícios da CAPOF; o Relatório/Parecer da Auditoria Independente, emitido pela PHF Auditores Independentes S/S; e no Parecer do Conselho Fiscal da Entidade. Diante das análises efetuadas, este Conselho resolve: Aprovar as Demonstrações Contábeis, encerradas em 31 de dezembro de 2022.

São Luís (MA), 30 de março de 2023.

Conselho Deliberativo da CAPOF:

DocuSigned by:

DADB522F0AED4EF...
SANDRA MARIA NERY ARAÚJO
Presidente do Conselho Deliberativo

DocuSigned by:

B3E6830CCDF84DD...
IRISMAR DO SOCORRO DO ESPIRITO SANTO SILVA
Membro do Conselho Deliberativo

CAPOF
Cooperativa de Assistência e Apoio às Famílias do IIR

Em conformidade com o Art. 32, alínea "b" do Estatuto da Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do BEM - CAPOF, consoante ao que estabelece o inciso X, do art. 17, da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 43, de 06/08/2021, este Conselho apreciou as Demonstrações Contábeis de 2022, Consolidadas: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS) e Demonstr  o do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) e as Individuais por Plano de Benefícios PBD e PMB: Demonstr  o do Ativo Líquido do Plano (DAL), Demonstr  o da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) e a Demonstr  o das Provisões Técnicas (DPT), consubstanciado pelos Pareceres Atuariais da CONDE Consultoria Atuarial, responsável técnica pelos Planos de Benefícios da CAPOF, e o Relatório/Parecer da Auditoria Independente, emitido pela PHF Auditores Independentes S/S. Diante das análises efetuadas, este Conselho conclui que as referidas Demonstrações refletem a situação patrimonial, financeira e atuarial da CAPOF, de seus Planos de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa, recomendando ao Conselho Deliberativo a sua aprovação.

Conselho Fiscal da CAPOF:

AUGUSTO CEZAR DE MORAES SALGADO
Conselheiro

MARIA DE NAZARE RIBEIRO CAMPOS
Conselheira